



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第七屆立法會

第二立法會期（二零二二 — 二零二三）

第一組

第 VII - 38 期

VII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2022-2023)

I Série

N.º VII - 38

Data: 16 de Novembro de 2022

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 32 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Kou Hoi In

Vice-Presidente: Chui Sai Cheong

Primeiro-Secretário: Ho Ion Sang

Segunda-Secretária: Si Ka Lon

Deputados presentes: Kou Hoi In, Chui Sai Cheong, Ho Ion Sang, Si Ka Lon, Chan Chak Mo, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Chan Iek Lap, Zheng Anting, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Wu Chou Kit, Pang Chuan, Lei Chan U, Lam Lon Wai, Leong Sun Iok, Wang Sai Man, Chan Hou Seng, Kou Kam Fai, Che Sai Wang, Leong Hong Sai, Cheung Kin Chung, Lo Choi In, Lam U Tou, Ngan Iek Hang, Ma Io Fong e Lei Leong Wong.

Convidados:

Ho Iat Seng, Chefe do Executivo;

Cheong Weng Chon, Secretário para a Administração e Justiça;

Lei Wai Nong, Secretário para a Economia e Finanças;

Wong Sio Chak, Secretário para a Segurança;
Ao Ieong U, Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura;
Raimundo Arrais do Rosário, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Chan Tsz King, Comissário Contra a Corrupção;
Leong Man Cheong, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;
Vong Man Chong, Director-geral dos Serviços de Alfândega;
Hoi Lai Fong, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;
Lam Chi Long, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;
Ku Mei Leng, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Cheong Ioc Ieng, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;
Ho Ioc San, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Chan In Chio, Chefe do Gabinete do Comissariado contra a Corrupção;
Ermelinda Maria da Conceição Xavier, Chefe do Gabinete do Comissário da Auditoria;
Leonel Alberto Alves, Membro do Conselho Executivo;
Lam Kam Seng Peter, Membro do Conselho Executivo;
Ma Chi Ngai Frederico, Membro do Conselho Executivo;
Lee Chong Cheng, Membro do Conselho Executivo;
Chan Ka Leong, Membro do Conselho Executivo;
Ieong Tou Hong, Membro do Conselho Executivo;
Zhang Zongzhen, Membro do Conselho Executivo;
Chao Weng Hou, Membro do Conselho Executivo; e,
Cheang Sau Iun, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia:

Ponto único: Sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2023, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário:

Resposta do Chefe do Executivo às questões colocadas pelos Deputados em relação a assuntos ligados às LAG.

Acta:

Presidente: Boa tarde.

Vamos dar início à sessão de hoje.

Na Ordem do Dia de hoje, os Deputados colocam as suas questões ao Chefe do Executivo sobre as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2023, e este responde às questões colocadas.

Em primeiro lugar, em nome da Assembleia Legislativa, gostaria de dar as boas-vindas ao Sr. Chefe do Executivo, aos Srs. Membros do Conselho Executivo e aos Representantes do Governo, e agradecer a vossa presença no plenário de hoje. Nos termos da Deliberação n.º 5/2018/Mesa, os Deputados formulam questões segundo a ordem de inscrição e só podem formular uma questão de cada vez, por um período máximo de dois minutos. A reunião de hoje decorre entre as 15h00 e 18h00, e já se inscreveram 31 deputados. O Chefe do Executivo informou-me que a reunião terminará depois de ter respondido a todas as questões colocadas pelos deputados. Vamos fazer um intervalo de 20 minutos por volta das 16h30.

Dou então a palavra à Sra. Deputada Wong Kit Cheng, que foi a primeira a inscrever-se.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

Boa tarde.

Face às recentes mudanças epidémicas, o Governo reagiu rapidamente, com medidas precisas, conseguindo impedir, num curto espaço de tempo, a propagação da epidemia, o que não é fácil em Macau, onde a densidade populacional é extremamente elevada. Devido ao sucesso na luta contra a epidemia, Macau tem oportunidade de iniciar o ritmo da recuperação económica. Deixo o meu reconhecimento às acções desenvolvidas pelo Governo e pelo pessoal da linha da frente na luta contra a epidemia, e expresso o meu respeito a todos os cidadãos pela sua colaboração e apoio mútuo. Com a plena promoção do Chefe do Executivo, prevê-se que o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas entre, faseadamente, em funcionamento no quarto trimestre do próximo ano, e através deste, as necessidades de serviços médicos da população vão ser respondidas com mais eficácia, e as dificuldades com as consultas médicas também podem ser resolvidas. Isto vai contribuir para a marcação de uma base importante para o desenvolvimento da indústria dos cuidados gerais de saúde, uma das quatro novas indústrias emergentes.

Conforme referido nas Linhas de Acção Governativa de 2023, aproveitando as oportunidades decorrentes da construção do centro médico regional do País, aceleramos o desenvolvimento da indústria de *big health*. E como é que o Hospital das Ilhas se promove a participação das instituições e dos profissionais de saúde e das empresas de turismo, com vista à aceleração do desenvolvimento das indústrias e à criação de mais postos de trabalho, são aspectos aos quais os cidadãos e o sector estão muito atentos e nos quais depositam grandes expectativas. Sr. Chefe do Executivo: como é que o Hospital das Ilhas vai proporcionar aos residentes serviços médicos de melhor qualidade? E o Hospital das Ilhas, enquanto base da indústria de *big health*, tem ou não condições para contribuir para o

desenvolvimento diversificado das indústrias do turismo e da saúde, com a vista a acelerar a construção do belo lar de Macau?

Obrigada.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas suas questões, Sr.^a Deputada Wong Kit Cheng.

O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas está previsto para entrar, faseadamente, em funcionamento em 2023, isto é, no próximo ano. Através da cooperação com o Hospital da União de Pequim, com a vista de se tornar centro médico regional do País, dedicamos a desenvolver Macau como um centro médico regional face a Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau e face às áreas vizinhas. Como o Hospital da União de Pequim é o centro de instruções nacional sobre o tratamento de casos difíceis e graves designado pela Comissão Nacional de Saúde, a sua parceria elevará a capacidade de tratamento de casos difíceis e graves, e de especialidade de Macau. Em articulação com a vantagem das políticas em matéria de medicamentos e equipamentos médicos de Macau, permitir-se-á a utilização de medicamentos recém-lançados. Desta forma, disponibiliza-se em Macau tecnologia de alta qualidade, medicamentos inovadores e equipamentos médicos avançados.

No plano preliminar, prevê-se que o Centro Hospital das Ilhas acolha centros especializados na terapia oncológica, cardiologia, neurologia, transplantes, gastroenterologia, ginecologia, obstetrícia, pediatria, medicina da reprodução, medicina estética, medicina tradicional e gestão da saúde. Como é do conhecimento geral, ao longo dos anos, as instituições hospitalares de Macau, nomeadamente o Centro Hospitalar Conde de São Januário e o Hospital Kiang Wu têm prestado à população serviços médicos de qualidade. Contudo, no que diz respeito a casos difíceis e graves, dependemos dos serviços das regiões vizinhas. Com a entrada em funcionamento desta nova instalação óptima e com a cooperação com o Hospital da União de Pequim, espera-se que passemos a ser capaz de tratar os casos difíceis e graves em Macau, reduzindo o impacto causado aos residentes e aos seus familiares quando precisam de procurar tratamento médico no exterior. Esta é a nossa motivação inicial que queremos alcançar. Mas de que forma este pode promover o desenvolvimento das demais instituições médicas existentes? Penso que devemos ver a direcção do mercado. O Centro Hospitalar Conde de São Januário e o Hospital Kiang Wu continuarão a prestar serviços aos residentes, isto não vai mudar. Por isso, no âmbito deste complexo médico, não haverá sobreposição significativas com as instituições já existentes, nem duplicação desnecessária de especialidades. Pelo contrário, será adoptada uma clara divisão funcional. Das especialidades anteriormente referidas, algumas já estão presentes nas instituições médicas actuais em Macau, enquanto outras ainda carecem de desenvolvimento local. Neste contexto,

o princípio orientador será o da complementaridade e não o da sobreposição.

Por outro lado, sendo o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas um elemento importante para o desenvolvimento da indústria de *big health* em Macau, esperamos que aumente a colaboração com as instituições médicas privadas que venham a ser estabelecidas no futuro. Em muitos casos, após a realização de cirurgia nos hospitais, os doentes não precisam de permanecer internados para uma boa recuperação. Tomando como exemplo a medicina estética, após determinados procedimentos cirúrgicos, os doentes poderão recuperar em hotéis de qualidade ou noutros locais adequados para convalescença, o que não só contribui para uma maior rotatividade das camas hospitalares, como também oferece uma estadia mais confortável e melhores condições para cuidados familiares. Este é, portanto, o rumo que pretendemos seguir. Neste momento, já estamos a realizar negociações com a nova equipa médica para assegurar que esta possa liderar o novo complexo hospitalar nesse sentido. Paralelamente, dispomos de um conjunto de boas medidas de convalescença integradas no desenvolvimento do mercado de Macau, as quais apresentam potencial promissor.

Além disso, foi estabelecida uma ligação com o sector segurador transfronteiriço, permitindo que os clientes abrangidos por seguros de alto nível provenientes do Interior da China, da Grande Baía, das regiões ou dos países vizinhos, possam aceder aos nossos serviços através das suas apólices de seguro. Naturalmente, a prestação de serviços aos residentes de Macau continua a ser a nossa prioridade. Agora, serão adicionadas 1.100 camas de internamento, alcançando a meta do Segundo Plano Quinquenal do rácio de quatro camas por mil habitantes, o que é mais alto do que o de muitos países europeus e americanos. Este é o nosso primeiro passo e esperamos que possamos desenvolver o Complexo Hospitalar das Ilhas neste sentido gradualmente. Contando com uma equipa médica qualificada, os equipamentos avançados e o acesso rápido a medicamentos, consideramos que estes três aspectos constituem actualmente as nossas vantagens, pelo que temos confiança na capacidade de gerir bem o Hospital das Ilhas. Após a sua entrada em funcionamento no próximo ano, aguardamos sugestões e opiniões de todos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ip Sio Kai.

Ip Sio Kai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

A dimensão económica da Grande Baía tem registado um crescimento contínuo desde a publicação das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía

Guangdong-Hong Kong-Macau”. Quanto ao valor acrescentado no sector financeiro: em 2020, Hong Kong registou cerca de 540 mil milhões, Shenzhen cerca de 400 mil milhões, e Guangzhou cerca de 220 mil milhões, enquanto o valor total da zona de cooperação aprofundada e Macau rondava os 39 mil milhões, ou seja, 17%, mas existia uma grande diferença em termos de escala. Ainda que Hengqin e Macau façam parte das quatro cidades principais da Grande Baía, é irrealista igualarem a escala da indústria financeira de Hong Kong, Shenzhen e Guangzhou, devido à falta de uma base adequada para a economia real, mas existe um grande espaço para desenvolvimento. O desenvolvimento do sector financeiro moderno de Macau dependerá, principalmente, da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin. Há que aumentar a ligação entre o mercado financeiro na Zona de Cooperação e os mercados financeiros *off-shore* em Macau e Hong Kong, e promover o alto nível de liberalização primordial do mercado financeiro na Zona de Cooperação, promovendo Hengqin-Macau como terceiro pólo da Grande Baía, além de Shenzhen-Hong Kong e Guangzhou-Foshan. O Governo da RAEM tem-se esforçado bastante para desenvolver o mercado de títulos, a gestão de fortunas (incluindo fundos de oferta privada) e as finanças transfronteiriças, o que merece todo o meu acordo, especialmente no que diz respeito às finanças transfronteiriças. Sr. Chefe do Executivo: o sector financeiro transfronteiriço entre Macau e Hengqin está sujeito a restrições de circulação financeira, sendo notórias as diferenças ao nível do regime jurídico e a falta de eficiência dos mecanismos de coordenação. Por isso, é necessário inovar nas leis, nos regimes e nos modelos de supervisão, para mostrar as vantagens de Macau no respeitante ao *off-shore*, por exemplo, pode-se, através da Assembleia Popular Nacional, legislar, fiscalizar em conjunto ou, através do acordo CEPA, resolver os obstáculos legais. Que planos ou ideias tem o Governo sobre esta matéria?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado pelas suas questões, Sr. Deputado Ip Sio Kai.

O desenvolvimento de Hengqin começou tarde, só um ano depois da sua inauguração. Como era uma comissão de gestão subordinada à cidade de Zhuhai, o seu desenvolvimento financeiro não cresce tão rápido como o de Shenzhen ou Guangzhou, que contam com bases mais sólidas. Macau revela-se relativamente conservador e tradicional no domínio financeiro, e o nosso sistema jurídico ainda tem de ser aperfeiçoado. Esta é a segunda questão, qual é a direcção do desenvolvimento da nossa indústria financeira. Neste mandato, o governo vai concluir, o mais rapidamente possível, os projectos de leis relacionados com o sistema financeiro e apresentá-los à Assembleia Legislativa. A Lei da fidúcia já está a ser apreciada em especialidade na Assembleia Legislativa. O regime jurídico sobre a criação e a emissão monetária também está em fase de apreciação na Assembleia Legislativa. Estas iniciativas

visam colmatar o vazio no sector financeiro que temos sentido ao longo de muitos anos. Em primeiro lugar, é fundamental estabelecermos um sistema jurídico próprio e sólido, para só depois podermos estabelecer conexões com outros mercados. Isto não tem nada a ver com a delegação de poderes pela Assembleia Popular Nacional. Temos o nosso próprio poder legislativo, não precisamos de recorrer todas as vezes ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional. Devemos assumir a iniciativa de apresentar propostas e projectos de lei adequados, já que dispomos do poder legislativo, pois não é algo que o Governo Central nos negue. Quanto ao aspecto da circulação entre Macau e Hengqin, andamos a negociar com o Governo Central. Já temos este quadro no projecto geral e vamos pormenorizá-lo, passando de 27 para 30 disposições actuais, com o objectivo de concretizar as respectivas políticas com a maior brevidade possível. O ponto principal entre Hengqin e Macau reside na circulação de capitais. Quanto aos demais aspectos, o Interior da China tem as suas próprias formas de gestão. Por exemplo, no que respeita às moedas virtuais, são proibidas no Interior da China, enquanto Hong Kong já declarou que as permite. Contudo, temos assistido recentemente à falência da segunda maior bolsa de moedas virtuais do mundo. Assim sendo, esta não é uma questão simples. As moedas e a área financeira exigem extrema prudência e cautela. Por isso, continuaremos a reforçar a construção jurídica neste domínio, seguindo rigorosamente a orientação já estabelecida, com o objectivo de implementar políticas e medidas viáveis entre as duas regiões.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose.

Chui Sai Peng Jose: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

No Relatório do 20.º Congresso, o Secretário-Geral Xi Jinping refere-se à continuidade da cultura tradicional chinesa de excelência e ao aumento constante da capacidade cultural do país e da influência da cultura chinesa. E isto, para Macau, que com a cultura chinesa como dominante se assume como base de intercâmbio e cooperação entre as diversas culturas coexistentes, é uma missão que deve estar sempre presente na realização da grande revitalização da nação chinesa. Nota-se que, nos últimos anos, com a integração entre os símbolos culturais chineses, o espírito da estética chinesa e a vida moderna, se criou uma moda que se foi estendendo ao vestuário, maquiagem, electrodomésticos e produtos alimentares, entre outras indústrias, uma “moda chinesa” que é seguida pelos jovens. Isto consubstancia a ideia de “contar bem a história da China”. Quanto ao Relatório das LAG, ontem divulgado, é com satisfação que se vê que o Governo pretende intensificar os esforços na promoção da construção de “uma base”, e que planeia também a promoção de actividades de intercâmbio e cooperação cultural entre a China e o estrangeiro, bem como o

estabelecimento de diversas plataformas de intercâmbio e cooperação cultural. Sr. Chefe do Executivo: pode esclarecer melhor quais são os planos que ainda existem para o aumento dos elementos característicos que tomam a cultura chinesa como dominante, no sentido de reforçar a imagem de Macau enquanto “uma base”? Quanto à promoção da integração entre a moda chinesa e as PME e microempresas e ao bom aproveitamento da cultura para aumentar a eficácia socioeconómica, nomeadamente cultura, arte, *design* e gastronomia, tem algumas ideias novas que possa partilhar com os residentes e as empresas?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela sua questão, Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose relativa à indústria cultural.

A indústria cultural faz parte das nossas quatro indústrias principais. Já falámos sobre o *big health* e a indústria financeira, e agora falamos da cultura. O Governo da RAEM e o Ministério da Cultura e Turismo assinaram o 《Acordo entre o Interior da China e Macau para a constituição da Comissão de Trabalho Conjunta no âmbito da promoção da criação de uma Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural, com Predominância da Cultura Chinesa》, cujo conteúdo principal é a definição da estrutura orgânica da Comissão Conjunta, a divisão de funções e as regras de trabalho, no intuito de implementar a promoção da política de “uma base”, impulsionar o intercâmbio e a mútua aprendizagem entre as culturas chinesa e estrangeira, alargar a cooperação cultural entre o Interior da China e Macau, fomentar o desenvolvimento de talentos nas áreas culturais e humanísticas, reforçar a cooperação regional, realizar pesquisas sobre políticas e coordenar as principais tarefas relacionadas com a construção de “uma base”. No que respeita ao papel de Macau enquanto plataforma cultural, a nossa região tem ainda a responsabilidade de divulgar e difundir activamente a cultura chinesa ao exterior, promover o intercâmbio entre diferentes culturas mundiais e impulsionar a mútua compreensão entre as civilizações. Macau deve também aproveitar os próprios recursos históricos e culturais para promover a cultura chinesa. Para o efeito, incentivamos de forma activa vários projectos, por exemplo, a transmissão em directo, em duas das principais redes sociais do Interior da China, da experiência local em espaços emblemáticos, como a Casa do Mandarim, o Teatro Dom Pedro V e as Oficinas Navais, integrando realidade aumentada. Este é o primeiro passo que damos. Em segundo lugar, tal como mencionámos ontem, continuaremos a reforçar a elaboração da 《Ou-Mun Chi: História Geral de Macau》, já temos várias edições e vamos avançar com a compilação. Com o posicionamento de “uma base” de Macau definido nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, Macau deve usufruir bem da cultura para desenvolver a integração entre o turismo e a cultura. Contamos com uma base de cooperação já estabelecida com a Televisão Central da China

(CCTV); recentemente, todos puderam ver o documentário aéreo sobre Macau, filmado pela CCTV. Em breve será iniciada uma nova rodada de filmagens, com o objectivo de produzir novos vídeos que apresentem diversos aspectos da cultura de Macau. Por isso, vamos intensificar o trabalho cultural e o desenvolvimento do sector de espectáculos, através da cooperação com diversas instituições culturais do Interior da China, com vista a conquistar um espaço de desenvolvimento ainda mais amplo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Wang Sai Man.

Wang Sai Man: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

A Covid-19 teve um impacto sem precedentes no desenvolvimento socioeconómico de Macau. Na era pós-Covid, para acelerar a retoma económica, o Governo tem de esforçar-se no reforço do investimento, na promoção do consumo, no aumento das exportações e na elevação da competitividade e eficiência das empresas. Sendo as indústrias tradicionais de Macau sólidas e algumas delas já estarem integradas na Grande Baía, têm condições para um melhor desenvolvimento. São a base da economia de Macau e conseguem um desenvolvimento de alta qualidade se tiverem uma força motriz e incentivo à valorização. O 2.º Plano Quinquenal defende o desenvolvimento de quatro indústrias emergentes, várias instituições de ensino superior dedicam-se à investigação nas respectivas áreas, e conseguiram bons resultados, porém há ainda muito por fazer para garantir a sua comercialização. Sr. Chefe do Executivo: que medidas e políticas eficazes tem o Governo para apoiar o desenvolvimento das indústrias tradicionais? Que planos tem para acelerar a promoção das quatro indústrias emergentes e a comercialização dos resultados de investigação? E que medidas e políticas tem para incentivar a sociedade a investir o seu capital em projectos promissores de parceria indústria-universidade-investigação?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Wang Sai Man.

Das quatro principais indústrias, o Sr. Deputado Wang Sai Man é do sector industrial que corresponde à indústria de tecnologia de ponta, isto é, a quarta das quais abordamos hoje. Com base na sua vasta experiência no sector industrial, como é que podemos desenvolver as

nossas indústrias tradicionais em conjunto com as indústrias emergentes? Este é um grande desafio, especialmente no que se refere aos recursos financeiros. Por que razão pretendemos criar fundos privados? Porque actualmente Macau carece praticamente de tais fundos. Na ausência destes, é muito difícil desenvolver a colaboração entre a indústria, a academia e a investigação. Para que este modelo prospere, é essencial a participação de fundos, pois só assim haverá oportunidade de desenvolvimento. Agradeço igualmente à Associação Comercial de Macau, à Associação Industrial de Macau e a várias outras associações sociais por terem atendido ao meu apelo para visitar a Universidade de Macau e conhecer quais são as especialidades e quais são os resultados com potencial de transformação. Algumas destas iniciativas já estão em fase de negociação. Contudo, Macau ainda é relativamente fraco em termos de capital e recursos financeiros. Por isso, esperamos atrair mais fundos privados de investimento para Macau. Quando dispusermos desses fundos, combinando a sua experiência com a experiência do nosso sector da indústria manufactureira, a conjugação destes dois factores permitir-nos-á avançar mais rapidamente, especialmente na concretização da transformação dos resultados da colaboração entre a indústria, a academia e a investigação.

Quer a Universidade de Macau, quer as outras universidades locais, têm diversos projectos com potencial de transformação. Muitas empresas do Interior da China vêm para Macau procurar exactamente essas oportunidades de transformação e de desenvolvimento de produtos com sucesso. Assim sendo, as universidades e os empresários de Macau deveriam valorizar esta oportunidade. Contudo, enfrentamos desafios reais, pois trata-se de um sector novo para muitos, e as empresas de Macau encontram dificuldades no acesso ao financiamento, na avaliação de crédito bancário e na apreciação do montante de investimento. Surge aqui uma típica situação do dilema do “ovo e a galinha”: como as empresas nunca actuaram neste sector, os bancos não confiam na sua capacidade para o desenvolver. Neste sentido, é fundamental recorrer a fundos privados de investimento, que possuem maior experiência. Ao reunir as duas partes, poderão alcançar um desenvolvimento mais favorável. É precisamente sobre isso que falei anteriormente: os requisitos, o enquadramento jurídico e o desenvolvimento de mecanismos atractivos para os fundos privados de investimento.

Em segundo lugar, falando da indústria tradicional, a indústria do vestuário de Macau faz parte da nossa tradição. Nas décadas de 80 e 90, a indústria de brinquedos também era um dos principais sectores de Macau, tal como a indústria de flores de seda. Na altura, os carrinhos *die-cast* com a etiqueta “Fabricado em Macau” podiam ser encontrados em praticamente todos os aeroportos do mundo. Contudo, devido ao aumento contínuo dos custos laborais e de instalações, bem como à abertura do Interior da China, estas indústrias transferiram-se para o interior do país. Será que as empresas tradicionais de Macau não têm futuro? A resposta é que a nossa indústria do vestuário ainda tem perspectivas. Após a adesão da China à Organização Mundial do Comércio em 2001 e a subsequente eliminação das quotas, as nossas indústrias perderam a protecção das quotas, o que tornou a indústria manufactureira particularmente difícil. Antes da entrada da China na OMC, com as quotas

da China, a nossa situação era favorável. Como todos sabem, na altura, possuir as quotas significava que não era necessário preocuparmo-nos com os negócios. No entanto, com a eliminação das quotas, a indústria do vestuário de Macau entrou em declínio acentuado. Perdendo a protecção, será que a mesma indústria está tudo acabada? Não. Vejamos o caso do Interior da China. Recentemente, uma empresa fundada apenas em 2008 dedica-se exclusivamente à confecção de vestuário e, após 14 anos de esforço, alcançou quase um bilhão de dólares de negócios no mercado europeu e norte-americano no ano passado. Este exemplo não está longe de nós; a sua origem foi Panyu. Trata-se igualmente de uma empresa do sector têxtil. Se nós também fazemos vestuário, devemos perguntar: por que razão conseguiram alcançar tanto sucesso? Devemos procurar compreender o seu modelo de êxito. As marcas europeias mundialmente conhecidas, como as marcas Z e H, têm 14 dias para entrega, que já é um prazo rápido, mas esta empresa consegue entregar em apenas 7 dias — e é exactamente esta agilidade que lhe dá vantagem competitiva no mercado. Assim, devemos estudar o que os outros conseguiram fazer. Não esperamos que seja tão grande, isso é impossível, mas pretendemos procurar uma orientação, uma direcção para entrarmos no mercado. Só com o mercado é que haverá negócios e, conseqüentemente, desenvolvimento económico. O mercado deve ser a nossa prioridade. Espero que as nossas indústrias tradicionais considerem seriamente esta orientação e aprendam mais com as experiências alheias.

Muito obrigado pela sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Lon Wai.

Lam Lon Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

O emprego dos jovens tem sido alvo de atenção social nos últimos anos. Sob a epidemia, devido ao aumento do desemprego e à redução das oportunidades de emprego, os jovens têm menos opções. Eu concordo com a sugestão do Secretário Lei Wai Nong para os jovens: em primeiro lugar é ter um emprego e só depois escolher o que se quer, mas apenas como solução provisória. A conjugação entre o emprego e a especialização dos jovens tem sido sempre inadequada, devido ao desenvolvimento desequilibrado da economia e à falta de articulação entre o desenvolvimento dos sectores e o desenvolvimento profissional. Então, há que encontrar soluções para evitar isto, com vista ao aproveitamento das competências profissionais. Assim, é necessário rever a nossa política educativa, para que o desenvolvimento do ensino profissional se articule com o desenvolvimento das indústrias. Há que cultivar e desenvolver os interesses e especialidades dos jovens, em articulação com o desenvolvimento económico e industrial e as vagas de emprego, e ajustar o rumo do ensino, para as escolas, os docentes, os pais e os alunos dominarem mais informações sobre o

desenvolvimento do mercado de emprego, permitindo-se assim a articulação entre a escolha da especialização e o futuro emprego por parte dos jovens. No passado, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais e a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude raramente colaboravam, por isso, os trabalhos relacionados com o acesso ao emprego dos jovens dificilmente conseguiram surtir efeito. Com o desenvolvimento da Grande Baía e a criação da Zona de Cooperação Aprofundada, os dois serviços devem aprofundar a cooperação e apoiar os jovens a entrarem na Grande Baía e a participarem no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, para formar talentos para o futuro desenvolvimento de Macau. Neste momento, são poucos os jovens que querem trabalhar na Grande Baía e na Zona de Cooperação Profundada, mas muitas cidades da Grande Baía têm planos para incentivar os jovens de Macau a criar negócios ou a trabalhar lá, atribuindo-lhes subsídios e medidas facilitadoras. Sr. Chefe do Executivo: o Governo deve proceder à respectiva coordenação e articulação, para atrair mais jovens para trabalharem na Zona de Cooperação Aprofundada. Como é que o Governo da RAEM vai articular com isto? De que planos dispõe para atrair mais jovens a trabalhar na Zona de cooperação aprofundada? Como é que a DSAL e os Serviços de Educação vão reforçar a cooperação, apoiando os jovens no prosseguimento de estudos e no acesso a empregos adequados?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Lam Lon Wai.

O emprego dos jovens e a escolha de uma carreira profissional alinhada com os seus interesses tratam-se precisamente da questão levantada pelo Deputado Lam Lon Wai. A formação profissional em Macau encontra-se num vazio. Não possuímos uma escola técnica “formal”. Embora existam escolas secundárias que ostentam o nome de “escola profissional”, estas não são verdadeiras escolas técnicas especializadas, algo que todos devemos reconhecer e enfrentar.

Em segundo lugar, espera-se que os jovens prossigam para o ensino superior depois de concluírem o ensino secundário. Temos vindo a ajustar os cursos das universidades, tal como os da Universidade de Macau e da Universidade Politécnica de Macau. Muitos cursos deles são bem recebidos pelo mercado, permitindo uma inserção profissional directa. Os finalistas da Universidade de Turismo de Macau também podem assegurar um emprego facilmente. Isto não se trata de um grande problema, porque os formados podem entrar no sector de que gostam. Quanto à Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, a que o Deputado referiu, a Secretária Ao Ieong U mantém uma comunicação estreita com ela. Mas respeitante à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, importa esclarecer

que as suas vagas não se adequam aos licenciados, e o serviço de articulação prestado pela DSAL não é necessariamente adequado a eles. No entanto, se eles desejarem aprender mais técnicas, são sempre bem-vindos. Há jovens que se determinam a trabalhar na área em que se formaram. Acho que, com excepção dos médicos e dos docentes cuja formação corresponde directamente à profissão, os jovens devem explorar vários sectores após a universidade. Se alguém formado em informática rejeitar trabalhar no banco, é também um tipo de desperdício, visto que não há tantos programas para escrever. Muitas áreas complementam-se mutuamente, é por isso que hoje em dia se fala tanto em formação interdisciplinar. É essencial termos conhecimentos e competências versáteis. No que diz respeito à Grande Baía, o Secretário Lei Wai Nong já realizou extenso trabalho. Colaboramos não apenas com a Grande Baía, mas também com outras regiões que oferecem muitas oportunidades de emprego aos jovens de Macau. Muitos jovens estão dispostos a aprender lá e esperamos que eles possam desempenhar um papel activo após adquirirem essa experiência. Neste sentido, a cooperação com estas instituições nunca parou. Por exemplo, com o Douyin, com o Alibaba e com muitas outras instituições, que disponibilizam vagas a jovens de Macau para que aprendam como fazer vendas, como actuar no comércio electrónico, entre outros. Espero que os jovens de Macau agarrem bem estas oportunidades na Grande Baía e no Interior da China para se integrarem no vasto mercado do Interior da China.

Muito obrigado pela sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Sun Iok.

Leong Sun Iok: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

Com os esforços do Governo nos últimos anos, muitos terrenos desaproveitados foram recuperados, o que merece o nosso reconhecimento. Mas o que mais me preocupa é como aproveitar esses terrenos para otimizar o espaço de vida da população e aperfeiçoar as políticas habitacionais de Macau. A densidade populacional é elevada e os residentes queixam-se de que os espaços de lazer e de desporto são insuficientes, por isso estão sempre cheios de gente. Quanto ao parque provisório de pneus, inicialmente planeado para a Taipa, o Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) resolveu que o mesmo não vai ser construído e aprovou a construção de habitações, deixando desapontados muitos residentes da zona. O centro da Taipa já passou a ser a zona mais populosa de Macau, e o aumento contínuo da população da Taipa nos últimos anos acarretou pressão sobre o trânsito, afectando a qualidade de vida dos residentes. Muitos residentes esperam que se aproveitem os recursos dos terrenos para zonas de lazer, serviços sociais e instalações desportivas, a fim de evitar a sobrelotação. De que medidas alternativas dispõe o Governo para otimizar a distribuição dos espaços na Taipa? O que é que vai fazer com o terreno do Parque Oceanis? Vai considerar aproveitá-lo

para construir um grande parque marginal e um espaço para as indústrias culturais, transformando Macau num centro de actividades de lazer e turismo?

Quanto à habitação, os esforços que o Chefe do Executivo despendeu para a concretização de numerosas políticas habitacionais também merecem o nosso reconhecimento. Devido à escassez de solos no passado, o Governo focou-se em construir uma determinada quantidade de habitações públicas para satisfazer a procura. Agora, há terrenos suficientes; segundo as previsões, são dez mil as fracções previstas para a classe sanduíche, e o Governo vai proceder, em breve, à produção legislativa sobre este tipo de habitação. Mas, como é que vai evitar o problema da distribuição inadequada das tipologias, como aconteceu com as habitações económicas? Para apoiar o desenvolvimento familiar dos moradores da habitação económica, vai permitir que os candidatos individuais se candidatem a fracções T2? Vai permitir que quem comprou habitações económicas tenha pelo menos uma oportunidade de troca de fracções de habitação económica ou de habitação intermédia, para melhorar o ambiente habitacional?

Muito obrigado, Sr. Chefe do Executivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Deputado Leong Sun Iok.

Respeitante à optimização dos espaços arborizados da Taipa, o Sr. Mak Dat Io, Subdirector da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana já deu uma resposta clara quanto à área por habitante e outros aspectos, portanto não vou repetir.

Sobre a questão da habitação intermédia, já foi distribuída a proposta de lei aos deputados?

Presidente: Ainda não.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Como a proposta de lei já foi submetida à Assembleia Legislativa, poderão verificar as disposições relevantes depois de ser distribuída. Foram introduzidas algumas alterações ao regime da habitação intermédia, por exemplo, uma pessoa pode candidatar-se a fracções T2, já que poderá vir a casar ou a ter filhos. Duas pessoas podem candidatar-se a fracções T1, caso não pretendam ter filhos e considerem suficiente um quarto. Três pessoas podem candidatar-se a fracções T2. Com mais de três pessoas, podem candidatar-se a fracções T3. Pelo que, já alargámos os critérios em dois aspectos. Contudo, é essencial ter em mente que a oferta de habitações intermédias é limitada. Os candidatos devem escolher cuidadosamente a tipologia de candidatura. Serão divulgados

os números disponíveis de fracções de cada tipologia. É permitido que uma pessoa se candidate a fracções T2, mas os agregados familiares com duas ou três pessoas também se podem candidatar a fracções T2 e a sua pontuação será certamente superior, o que significa que os candidatos individuais participam sem hipótese de sucesso.

Portanto, estes aspectos serão discutidos posteriormente durante a legislação. Já seguimos as opiniões dos deputados e alargámos todos os critérios da habitação intermédia. Entretanto, no que diz respeito à troca da habitação económica original, não temos planos nesse sentido de momento. Em primeiro lugar, todos preferem habitações novas. Por que razão alguém aceitaria viver numa casa já habitada por outra pessoa? Por que razão outra pessoa poderia trocar por uma nova fracção de T3? Assim sendo, não é uma questão simples. Não a devemos pensar só do nosso ponto de vista. Em segundo lugar, a habitação intermédia trata-se de um recurso público. Mais de 70% dos edifícios em Macau são habitações privadas, e estamos a conceder apoio financeiro público ao restante menos de 30%. Será que devemos apoiar este grupo de pessoas indefinidamente e repetidamente com o erário público? E quanto aos que nunca receberam este apoio, o que faremos por eles? Muitos referem-se a Singapura como exemplo. Em Singapura, não há este sistema de pontuação. Qualquer cidadão singapuriano pode candidatar-se à aquisição da habitação pública e tem essa oportunidade. Mas em Macau, a situação é diferente. Só prestamos apoio aos residentes de baixo rendimento com o erário público, e não a toda a população. Portanto, temos de distinguir a diferença e não é possível fazer uma comparação directa. Caso pretenda comparar directamente com Singapura, tem de considerar a contribuição de mais de 20 por cento para o fundo de pensões pelos trabalhadores, e a contribuição de dez e tal ou vinte por cento pelas empresas. Será isto possível em Macau? Será possível que as empresas de Macau suportem tal encargo? Não podemos comparar com outrem. Cada região deve adoptar soluções viáveis conforme a sua realidade. Não basta copiar modelos alheios. Os sapatos de outrem não nos ficam bem necessariamente.

Portanto, é imperativo que alinhemos as nossas acções com a nossa capacidade e há muitos factores que temos de considerar, tal como os nossos recursos territoriais, os recursos financeiros e a orientação do uso dos fundos públicos. Se continuarmos a ajudar uma mesma pessoa, trocarmos a sua habitação económica por uma fracção de T3, e lhe oferecermos uma residência do Governo para Idosos quando envelhecer, desta maneira, concentraremos os recursos públicos num único grupo de pessoas, em vez de serem utilizados para beneficiar toda a sociedade. Por isso, prestamos apoio à classe de baixos rendimentos, também aos jovens da nova geração que excedem o limite do rendimento estabelecido para a habitação económica, ou têm poucas hipóteses de sucesso mesmo que se possam candidatar à habitação económica, e que desejam uma melhor condição de vida. Só depois da discussão e aprovação da lei pela Assembleia Legislativa, podemos concretizar o projecto na Avenida Wai Long. Se não houver a aprovação do regime da habitação intermédia, não podemos avançar na Avenida Wai Long. Porquê? Porque as habitações privadas têm proporções e dimensões específicas

para cada divisão; a habitação económica tem as suas dimensões padronizadas; já as habitações privadas apresentam proporções ligeiramente maiores — a sala, a cozinha, todos os espaços são um pouco mais amplos. Se avançarmos com o projecto de construção agora, mas a Lei da Habitação Intermédia não for aprovada, acabarei por construir um conjunto habitacional que não se enquadra nem na categoria de habitação económica nem na de habitação intermédia, o que me colocaria numa situação muito difícil. É por isso que a lei tem de vir primeiro. Porquê? Porque, embora já estejamos a elaborar o plano e a desenhar os projectos, não vou avançar com a construção antes de ter a base legal assegurada. Sem a aprovação da Assembleia Legislativa, não começarei a obra, porque não tenho confiança. Caso contrário, este lote de habitação acabaria por se transformar numa espécie de habitação económica de luxo — ou seja, habitação económica com as características da habitação privada. Como não existe o regime de habitação intermédia, que é uma nova modalidade em Macau, algo que não existia anteriormente, após a proposta do Governo, compete à Assembleia Legislativa decidir se aceita ou rejeita a proposta. Os deputados têm o poder de veto. Se a lei for vetada, não poderemos executá-lo. E, nesse caso, teremos de redesenhar todo o projecto, voltando ao modelo original da habitação económica, que já existe e está regulamentado. Inicialmente, tínhamos previsto mais de 8.000 fogos, mas já reduzimos para pouco mais de 4.000, a fim de proporcionar melhores condições espaciais. Se fosse habitação privada, o número poderia ser ainda inferior a 4.000, pois as unidades seriam maiores, todas as divisões seriam ampliadas. E a proporção de fracções T2 é mais elevada. Uma pessoa também poderá candidatar-se a T2, e as exigências são maiores. Por isso, é absolutamente necessário que a lei seja aprovada antes de avançarmos com o trabalho formal de planeamento, concurso público e construção das fundações. Este é o nosso plano. Espero, por isso, que todos compreendam esta situação. O Presidente irá distribuir brevemente a proposta aos Srs. Deputados. Já entregámos à Assembleia Legislativa uma proposta de lei clara sobre a habitação intermédia. Espero que apresentem as vossas opiniões e sugestões, pois trata-se de uma nova iniciativa. O que acham?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Iau Teng Pio.

Iau Teng Pio: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

Boa tarde.

O tema que vou abordar hoje é o desenvolvimento dos *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, que foi um dos pontos importantes dos discursos proferidos pelos convidados na abertura deste ano judiciário. Tendo em conta o rápido desenvolvimento, nestes últimos anos,

da informatização dos órgãos judiciais nas regiões vizinhas, o Governo e os órgãos judiciais devem reforçar a colaboração, aperfeiçoar os *software* e *hardware* dos órgãos judiciais e promover o processo de electrónicação do funcionamento judicial em Macau, fomentando a concretização da digitalização dos processos judiciais. Sr. Chefe do Executivo: de que planos de apoio dispõe o Governo para o desenvolvimento dos *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, para os residentes poderem usufruir de serviços judiciais mais convenientes?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Deputado Iau Teng Pio.

No que diz respeito ao *software* dos órgãos judiciais, em Junho deste ano foi concluída a elaboração da legislação relativa à apresentação electrónica de documentos processuais e ao pagamento electrónico das custas judiciais. A plataforma correspondente entrou oficialmente em funcionamento a 1 de Setembro. Assim, os dois serviços electrónicos — submissão electrónica de documentos judiciais e pagamento electrónico das custas processuais — já foram plenamente implementados. De acordo com os meus dados, até 17 de Outubro, foram submetidas através desta plataforma 443 peças processuais, relativos a 360 processos, o que representa 7,23% do total de peças recebidas no mesmo período. Destes, 32 foram petições iniciais, correspondendo a 4,51% do total de novos processos abertos no mesmo período. O valor total das custas judiciais pagas *online* atingiu 2.819.850 patacas, representando 28,33% do total. Este é o desempenho alcançado pelos nossos tribunais em apenas alguns meses. Penso que, neste momento, os advogados têm vindo a adaptar-se à nova plataforma e, com o tempo, passarão a utilizá-la cada vez mais. Naturalmente, apoiamos a adopção do *software*. Após a implementação do *software*, os tribunais adquiriram muitos equipamentos de fotocópia e aumentaram o pessoal responsável pela encadernação, pois ainda é necessário dispor das versões em suporte físico. Para os advogados, o procedimento é simples: enviam o documento por correio electrónico e a tarefa está concluída. Contudo, os tribunais têm de imprimir os documentos e proceder à sua encadernação, o que tem aumentado significativamente a carga de trabalho e os custos operacionais, incluindo os associados à impressão e à fotocópia. Contudo, este é um caminho inevitável. Esperamos que, no futuro, já não seja necessário imprimir os processos, que possam ser geridos integralmente em formato electrónico. Muitos profissionais do Direito desejam poder fazer anotações e marcações detalhadas no suporte físico, algo que, actualmente, ainda não é tão prático de realizar no ambiente informático. Trata-se, portanto, de um processo de adaptação.

No que diz respeito ao *hardware*, no jornal de ontem, já fizemos saber de um investimento significativo em obras públicas, que é a construção dos nossos três níveis de

tribunais. Através da leitura do código QR impresso no jornal, pode-se verificar com clareza os projectos arquitectónicos e o estado actual das construções. Basta pegar no jornal de ontem e fazer a leitura do código QR no canto da página, para ter acesso completo a todos os nossos projectos principais, com total clareza sobre a fase actual das obras e como serão os projectos finais. Estas informações também estão disponíveis no sítio oficial dos serviços de obras públicas. Relativamente ao andamento das construções, já iniciámos as obras das fundações e da cave do edifício do Tribunal de Última Instância na Avenida da Praia Grande, ou seja, na zona atrás das antigas instalações da Polícia Judiciária. Pretendemos concluir a parte superior da cave até à primeira metade de 2024. A superestrutura do edifício ainda está em fase de elaboração de projectos e será lançado o concurso logo que possível. Como será mantida a fachada do edifício, é necessário apenas realizar obras de remodelação interior. Contudo, estas obras ainda não podem começar, apesar de já termos os projectos prontos, pois o Teatro-Estúdio só deverá estar concluído no próximo ano. Actualmente, os grupos artísticos juvenis que actuam no Tribunal de Última Instância terão de aguardar até à conclusão do Teatro-Estúdio para poderem mudar-se para lá. Só depois disso poderemos libertar o espaço necessário. O Teatro-Estúdio, localizado ao lado do Centro Cultural, já está com a fachada em construção, como muitos residentes devem ter notado ao passar por lá. Pretendemos que a obra esteja concluída até meados do próximo ano, para que os grupos artísticos juvenis possam transferir-se para esse local permanente, permitindo assim que o Tribunal de Última Instância inicie as respectivas obras de remodelação. Em segundo lugar, no que respeita ao Tribunal Judicial de Segunda Instância, o edifício actualmente ocupado pelo Tribunal de Última Instância e pelo Tribunal de Segunda Instância não será alterado. Vamos, sim, construir uma extensão na zona verde em frente, que passará a albergar integralmente o Tribunal de Segunda Instância, reunindo assim toda a sua actividade num único edifício. Quanto às duas alas do Tribunal Judicial de Base nos lotes C e C1, as obras já começaram e a construção da cave está em curso. Juntamente com o edifício do Ministério Público, todas as infra-estruturas relativas aos tribunais já foram plenamente iniciadas. Agradeço, pois, a sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Hong Sai.

Long Hong Sai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Sr. Presidente

Boa tarde caros Colegas:

O Governo da RAEM anunciou, no início de Outubro deste ano, que procederá a hasta pública de quatro terrenos destinados à habitação, afirmando já ter concluído os preparativos necessários. Com o objectivo de aumentar a previsibilidade na utilização dos solos e reforçar a confiança das empresas locais ou externas no desenvolvimento da RAEM, deveria

estabelecer-se uma planificação clara do uso do solo a curto, médio e longo prazo, com base nas necessidades de desenvolvimento regional, a fim de auxiliar as empresas interessadas a tomarem decisões de investimento mais duradouras. Contudo, até ao momento não foram divulgadas informações mais detalhadas sobre o assunto, o que inevitavelmente poderá afectar o planeamento de investimentos de longo prazo na RAEM por parte dos investidores. Por conseguinte, gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo: quando é que a RAEM irá divulgar o plano da oferta de terrenos a curto, médio e longo prazo? Actualmente, os aterros das novas zonas A, B, E1 e E2 já foram concluídos, enquanto os trabalhos na zona C estão em curso. Contudo, ainda não há informações mais concretas sobre os progressos dos aterros na zona D. Há alguns anos, o Governo afirmou que os aterros na zona D poderiam ter impactos sobre a hidrologia marinha, a qualidade da água e a paisagem urbana. Gostaria de saber qual é a situação actual dessas considerações? Além disso, de acordo com o artigo 17.º do Plano Director da RAEM, relativamente à utilização das áreas marítimas, está previsto o aterro costeiro nas zonas do Porto Interior e da costa ocidental de Coloane, com o objectivo de construir uma linha costeira da paisagem litoral com funções de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres. Quando serão elaborados os planos e quando se iniciará a obra de aterro?

Por último, no que diz respeito à oferta de terrenos, é necessário estar bem preparada para o desenvolvimento futuro de Macau. Gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo se, no âmbito da implementação da estratégia nacional de revitalização do país através da ciência e da educação, todos os projectos de infra-estrutura para o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia em Macau serão implementados integralmente na Zona de Cooperação Aprofundada, ou se parte dos terrenos em Macau será reservada para o desenvolvimento destas indústrias? Tendo em conta que o desenvolvimento de grandes projectos demanda frequentemente mais de cinco anos, pergunta-se se, durante este período, os terrenos em questão poderiam ser utilizados temporariamente como estacionamento públicos ou espaços de lazer temporários, satisfazendo assim as reivindicações de longa data da população. A autoridade competente dispõe de algum plano para a utilização temporária destes terrenos?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Leong Hong Sai as suas questões.

Quanto à questão dos aterros, o Sr. Secretário Raimundo Arrais do Rosário já respondeu por diversas vezes aqui na Assembleia Legislativa, penso que não devemos perder tempo repetindo novamente.

Em relação à segunda questão, se há algum plano de médio e longo prazo relativamente à hasta pública de terrenos? Por enquanto, não temos esse plano, pois já não se realiza a hasta pública de terrenos há vinte anos em Macau. Neste momento, vamos lançar inicialmente quatro terrenos, mas teremos de observar as alterações do mercado. Em qualquer região, a hasta pública de terrenos não é planeada com muita antecedência, incluindo no Interior da China, é necessário ajustar as decisões de acordo com as flutuações do mercado. Temos poucos terrenos disponíveis para a hasta pública. Posso apenas dizer que, como temos de atender a tantas habitações económicas, ou uma vez aprovada o Regime jurídico da habitação intermédia, ainda precisamos de procurar terrenos para construir essas habitações. Tudo isto exige terrenos, portanto, só após calcularmos vários elementos é que poderemos avançar. Por exemplo, no caso das habitações intermédia, actualmente temos a área de Wai Long. Como já referi anteriormente que, se for aprovado, a área será aumentada, com o aumento da metragem de cada unidade habitacional. Assim, o número de fracções poderá passar de mais de quatro mil para cerca de três mil. Isso significa que ainda precisará de libertar uma área equivalente a cerca de seis mil fracções.

Em segundo lugar, quanto à possibilidade de reservar mais terrenos para indústrias de alta tecnologia, o Governo tem grande interesse, mas precisa respeitar o Plano Director já estabelecido. Nesse plano estão definidas as zonas industriais, comerciais e residenciais, cujas delimitações e definições já foram aprovadas e não podem ser alteradas pelo Governo, nem eu tenho competência para as mudar. Assim, no que diz respeito ao uso do terreno do Parque Industrial da Concórdia, o Governo espera aumentar o índice de utilização do solo (taxa de ocupação), desejando que as empresas localizadas no parque aumentem a sua área construída. Actualmente, nestes terrenos só é permitido construir até nove metros de altura, enquanto noutras zonas o Governo permite construções de até cinquenta metros ou trinta metros. No sentido de aumentar o índice de utilização do solo, o Parque Industrial da Concórdia é um local favorável ao desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia promovido pelo Governo, que neste momento tem interesse em desenvolver este sector. Embora os terrenos sejam propriedade do Governo, já foram concedidos a terceiros, actualmente, os direitos de utilização dos terrenos pertencem às diversas empresas instaladas no parque. Contudo, o Governo já reservou algumas empresas para investir directamente no desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia e sectores relacionados. Por isso, o Governo espera que o Parque Industrial da Concórdia possa, progressivamente, adoptar um modelo semelhante ao do Parque Científico e Tecnológico de Hong Kong. Este é o objectivo que o Governo tem para o parque. Assim sendo, é necessário intensificar esforços, esperando que as empresas pertencentes ao Governo contribuam conjuntamente para o desenvolvimento diversificado de Macau e para o crescimento das indústrias locais, efectuando os ajustes necessários. Porque as próprias empresas podem exercer as suas próprias actividades no rés-do-chão, e o Governo permite que, nos pisos superiores, as empresas colaborem com terceiros na utilização dos espaços. Para apoiar as empresas, o Governo já alterou muitas regulamentações e requisitos, e também oferece políticas bastante favoráveis, permitindo que

as empresas ajustem o seu rumo de desenvolvimento. Por isso, o Parque Industrial da Concórdia é um ponto-chave que o Governo espera utilizar para impulsionar o desenvolvimento industrial.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Chan U.

Lei Chan U: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe Executivo:

O desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau leva um certo período. Durante este período, o jogo vai continuar a ser a indústria predominante e promotora do desenvolvimento dos outros sectores. Nos últimos anos, os países e regiões vizinhos têm liberalizado, uns a seguir aos outros, os jogos de fortuna ou azar, e com o seu rápido desenvolvimento, o jogo de Macau está a enfrentar uma pressão cada vez maior devido à concorrência. A nova lei do jogo introduz um mecanismo de redução ou isenção de contribuições, para incentivar as concessionárias a explorar activamente mercados de clientes estrangeiros, mas há que esperar para ver. Assim sendo, a consolidação das vantagens competitivas do jogo de Macau e a promoção do desenvolvimento socioeconómico estável são temas para o Governo ponderar seriamente. Muitos trabalhadores do jogo estão preocupados com possíveis reduções salariais e despedimentos em grande escala, depois das novas licenças. O sector laboral manifestou-se satisfeito com a declaração do Chefe do Executivo sobre esta questão ontem, nomeadamente com o facto de o Governo considerar fundamental a estabilidade dos trabalhadores. Sr. Chefe do Executivo: De que planos e medidas dispõe para consolidar e elevar a posição privilegiada do sector do jogo de Macau, para este continuar a desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento económico, na garantia de emprego e na manutenção da harmonia e estabilidade sociais?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Lei Chan U a sua questão.

O jogo é a indústria principal de Macau. Ontem, na conferência de imprensa, enfatizei repetidamente que, dado que a principal fonte de rendimento económico depende do jogo, este sector deve desenvolver-se em conjunto com os outros sectores. A diversificação constitui um requisito importante do actual concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos, especialmente no que diz respeito aos elementos não jogo, que serão a base para consolidar o desenvolvimento saudável e estável deste sector. Considerando

a importância desta base, a sua ausência poderia afectar inevitavelmente as principais fontes de visitantes do território. A aprovação da lei do jogo e o regime da actividade de exploração demonstram a existência de um quadro jurídico bem definido em Macau. Durante as consultas e conversações com o Governo Central, Macau apresentou uma orientação estratégica centrada no reforço dos elementos não jogo, a qual obteve elevado reconhecimento e apoio por parte do Governo Central. Esta iniciativa constituiu uma base fundamental para a retoma dos vistos electrónicos e das medidas relativas aos grupos turísticos, definindo igualmente a direcção básica do desenvolvimento futuro do território. No que diz respeito à protecção do emprego, o Governo assumiu claramente o compromisso de colocar os direitos dos trabalhadores sempre em primeiro lugar, sem qualquer cedência. As empresas participantes no concurso deverão igualmente comprometer-se a cumprir as respectivas responsabilidades sociais, cabendo ao Governo estabelecer mecanismos de supervisão adequados para assegurar a efectiva implementação de todas as devidas medidas. Confia-se que todas as entidades concorrentes actuarão com responsabilidade social, tratando de forma adequada as questões relativas aos direitos dos trabalhadores. Relativamente a especulações ou afirmações de natureza conjectural, coloco-me à disposição dos distintos membros da AL para prestar os devidos esclarecimentos e espero, através dos deputados, transmitir a mensagem à sociedade em geral. Uma vez que excessivas conjecturas e teorias de conspiração poderão causar confusão à ordem social, não me pronunciarei sobre afirmações não comprovadas. Dado ser difícil fazer previsões precisas sobre situações distantes no tempo, abstenho-nos de fazer inferências. Por exemplo, a evolução da Terra no dia seguinte ou as alterações futuras no ambiente espacial não podem ser avaliadas. Apenas poderei manter o princípio de seriedade e factualidade, prestando esclarecimentos ao público sobre objectivos e direcções concretas para o próximo ano ou ano subsequente. Quanto a perspectivas a dez ou vinte anos de distância, não se inserem no âmbito actual das minhas responsabilidades. Contudo, já elaborámos o Segundo Plano Quinquenal, e o desenvolvimento de Macau segue exactamente esse plano. Cumprimos este plano, e representa aquilo que iremos efectivamente realizar nos próximos cinco anos, até 2025. No entanto, com base na situação actual, as acções governativas de cada ano, bem como o relatório das LAG anual, centram-se sempre na questão de quais acções concretas podemos efectivamente realizar no ano seguinte. No próximo ano, serão apresentadas dezassete, ou melhor, dezasseis propostas de lei à AL. Terão de ser cumpridas integralmente. O Governo mantém há três anos a prática de cumprir tudo o que promete. A Lei sindical será certamente apresentada este ano. Tudo o que prometemos, não ficará apenas na palavra, será efectivamente concretizado. Este é precisamente um dos aspectos mais importantes do relatório das LAG anual.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe Executivo:

No terceiro trimestre, a mediana do rendimento mensal dos residentes diminuiu 3.000 patacas face ao mesmo período do ano passado, e com o aumento da inflação das taxas de juro, a pressão com o pagamento de empréstimos e a subsistência é grande. Perante isto, o Governo manteve as medidas de benefício, nomeadamente, o Plano de Comparticipação Pecuniária, o que merece reconhecimento, mas os cidadãos estão preocupados com a possibilidade de aproveitamento da oportunidade para se aumentarem os preços, o que os levará a ter de suportar preços elevados. Segundo muitos cidadãos, apesar da queda da taxa de câmbio do Renminbi, os preços de alguns bens de primeira necessidade ficaram mais caros, e esperam que o Governo reforce a fiscalização. Além disso, os preços dos combustíveis mantêm-se em alta, e os residentes questionam o fenómeno de subida rápida e descida lenta destes preços. Como não existe um mecanismo de regulação e controlo dos preços do petróleo, nem outras medidas efectivas, nem cláusulas restritivas nos contratos de concessão de terrenos, mesmo que os preços do petróleo estejam irrazoáveis, é difícil para os serviços competentes fiscalizar e lidar com a situação.

Nos últimos anos, muitos cidadãos que compraram casa no Interior da China depararam-se com problemas como a desconformidade entre o bem imóvel e o contrato e o incumprimento do prazo de entrega, situação que é difícil de resolver. Há também casos semelhantes em Macau. As queixas sobre imóveis recebidas pelo Conselho de Consumidores, no primeiro semestre deste ano, aumentaram 2,5 vezes face ao mesmo período do ano anterior. As autoridades devem melhorar as leis que regulam a compra e venda de imóveis, mas como esta matéria envolve diversos serviços públicos, nenhum deles toma a iniciativa de dar seguimento, assim, destacam-se as deficiências das leis e mecanismos de protecção dos direitos e interesses dos consumidores e a falta de coordenação na colaboração interserviços.

Sr. Chefe do Executivo: os preços elevados dos produtos e do petróleo estão a afectar a vida da população e o ambiente empresarial. Apesar do Conselho de Consumidores e a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico já terem realizado investigações sobre preços, raramente foram tomadas medidas contra aumentos de preços abusivos. Que acções tenciona o Governo adoptar no futuro para estabilizar os preços ou reforçar a supervisão e fiscalização? Quanto à subida rápida e descida lenta dos preços do petróleo, e o seu grande aumento e pouca diminuição, de que mecanismos e medidas de fiscalização é que o Governo dispõe? Quanto às irregularidades nas vendas no mercado imobiliário, como é que o Governo vai ajudar os residentes afectados a revolver a situação? A fim de garantir os direitos dos consumidores, será que aperfeiçoar a legislação para realizar uma regulamentação e supervisão mais aprofundadas?

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Sr.^a Deputada Lei Cheng I as suas questões.

Nos últimos anos, devido ao impacto da pandemia, o rendimento dos residentes certamente diminuiu, o que explica a redução de mais de 2.000 patacas na mediana do rendimento mensal apresentado nas estatísticas. Temos prestado constante atenção a esta questão, aguardando que a recuperação económica gradual permita ultrapassar este desafio. Agradecemos sinceramente aos cidadãos o firme apoio e a estreita colaboração demonstrados em relação ao trabalho do Governo ao longo deste ano. Graças aos esforços conjuntos dos serviços competentes sob a tutela do Sr. Secretário Lei Wai Nong e da Federação das Associações dos Operários de Macau, até Outubro deste ano mais de 5000 cidadãos encontraram empregos adequados, o que contribuirá progressivamente para a redução da elevada taxa de desemprego.

Em segundo lugar, no que diz respeito aos índices de preços, só consigo consultar os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), logo me é difícil realizar uma análise detalhada passo a passo, e não costumo ir frequentemente aos mercados. Por isso, tenho um conhecimento mais limitado sobre este assunto. Estou apenas a seguir os dados divulgados pela DSEC, já que é a única fonte dos dados de que disponho para realizar as análises. Segundo os dados da DSEC, de Janeiro a Agosto deste ano, a taxa de variação do índice de preços no consumo foi de 1,13 pontos percentuais, enquanto a taxa de variação geral dos preços no mesmo período foi de 1,1%. Assim sendo, em termos gerais, os níveis de preços mantiveram-se relativamente estáveis, conforme indicam estes dados abrangentes. É claro que há alguns factores que todos devem ter em conta: a queda nos preços de arrendamento, o que tem tido impacto nos aspectos estatísticos. No entanto, nos indicadores essenciais dos preços, ao longo dos anos, temos seguido sempre os dados fornecidos pela DSEC. Tal como fazemos com a taxa de desemprego: se a DSEC indica 5,4%, aceitamos 5,4%; se aponta 5,2%, aceitamos 5,2%; se afirma 6%, só podemos reconhecer que é 6%. Apenas confiamos nos dados que nos são fornecidos, com base na sua competência estatística e no seu conhecimento técnico. Quanto ao índice geral de preços no consumo, ontem um jornalista também me perguntou se este valor era considerado elevado? Respondi que, com base nos dados da DSEC, a taxa de aumento não é de facto muito alta. É verdade que, sempre que distribuímos o “cartão de consumo”, ao ouvirmos os cidadãos, muitos referem que os preços subiram significativamente, alegando que a emissão dos vales tem um grande impacto na inflação. No entanto, a realidade não é assim: após a distribuição do “cartão de consumo”, os preços mantiveram-se estáveis, essencialmente estáveis. A diferença entre Macau e certos países europeus, na actualidade, é bastante significativa. Também somos afectados pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, assim como pelos aumentos nos preços do petróleo e do gás. Em Macau, não dependemos apenas dos materiais provenientes do mercado do Interno

da China, importamos igualmente muitos produtos dos mercados europeu e norte-americano. O custo do transporte marítimo aumentou substancialmente, certamente, todos os que trabalham no comércio de bens de consumo reconhecem como sendo muito elevado. Quanto a este aspecto, todos devem observar conjuntamente a magnitude e a volatilidade da variação do índice geral de preços no consumo (CPI). Se esta se mantiver dentro de um intervalo controlável, urge que haja compreensão recíproca por parte de todos. Quanto ao Governo, com a entrada em vigor da nova lei, o Conselho de Consumidores, tem reforçado os mecanismos de fiscalização, inspecção e sanções. Neste aspecto, não se pode relaxar.

No que diz respeito ao preço do petróleo, estabelecemos um mecanismo que realiza cálculos de forma contínua e dispõe de um sistema de fiscalização apropriado.

Quando se fala em compra e venda de imóveis, há actualmente muitas queixas nesta área em Macau? Neste momento, não disponho de muitos dados sobre este aspecto. Costumo receber cartas de cidadãos, muitos dos quais relatam ter sido enganados no Interior da China, contudo, trata-se, na maioria dos casos, de situações ocorridas há vários anos, e não de ocorrências recentes. Há bastantes relatos de fraudes relacionadas com produtos imobiliários que não correspondem ao que foi prometido. Recebo com frequência correspondência sobre estes assuntos, por isso, os respectivos assuntos serão atribuídos uniformemente aos serviços competentes e tratados rigorosamente de acordo com as disposições legais. Como Chefe do Executivo, em primeiro lugar, não posso intervir nos assuntos administrativos do Interior da China; em segundo lugar, estas situações ocorrem frequentemente no Interior da China, e os interessados recorrem aos meios jurídicos para proteger os seus direitos e interesses; em terceiro lugar, alertam-se os cidadãos para que, aquando da aquisição de imóveis relacionados, aumentem a sua vigilância, visitem pessoalmente o local da obra para compreender a situação real e verifiquem cuidadosamente as informações fornecidas pelos promotores imobiliários, não acreditando facilmente em divulgações unilaterais. Por fim, gostaria de apelar a todos para serem prudentes na tomada de decisões, e adoptar o princípio de “não ser ganancioso com preços baixos”. Não é permitido transformar um andar num edifício em dois andares, nem dois andares em três, entre outros. A legislação da China possui regulamentações rigorosas sobre esta matéria, e tais práticas são ilegais. Alertamos os cidadãos de Macau para que redobrem a atenção aquando da aquisição de propriedades na China, evitando a chamada “compra à distância”, a fim de não comprometer os seus direitos e interesses legítimos. O Conselho de Consumidores intensificará as advertências sobre os riscos associados, assim como o Governo reforçará a supervisão da publicidade relativa a imóveis da China divulgada em Macau. Caso se verifique que o conteúdo publicitário viola gravemente a Lei da Publicidade da China, será imediatamente reportado às autoridades competentes da China, solicitando a suspensão das actividades de venda em Macau. Este trabalho tem sido continuamente desenvolvido, e esperamos intensificar a colaboração com as autoridades da China, a fim de proteger conjuntamente os direitos e interesses legítimos dos cidadãos de Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ma Io Fong.

Ma Io Fong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados e caros colegas:

Boa tarde.

O Novo Bairro de Macau, enquanto o primeiro grande projecto residencial integrado na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, tem recebido ampla atenção da sociedade e dos residentes de Macau. Espera-se que o projecto proporcione aos cidadãos melhores condições de habitabilidade e que estes se integrem melhor no desenvolvimento e na vida da Grande Baía. Segundo a informação da empresa de renovação urbana, em finais de Setembro foi concluída a cobertura da primeira torre, prevendo-se a conclusão da cobertura de todos os edifícios habitacionais e da estrutura da escola até finais do corrente ano. A venda de habitações está prevista para o próximo ano, o que é estimulante. Há dias, na resposta a uma interpelação de um deputado, o Governo refere que a “licença de venda de habitações” em construção do projecto “Novo Bairro de Macau” está prevista para o final deste ano, e que o processo respeita as normas legais e regulamentares aplicáveis à venda de fracções em construção no Interior da China, o que demonstra que o projecto já está quase concluído. Ainda não foram divulgados os preços e os procedimentos de venda das fracções do projecto “Novo Bairro de Macau”, nem as condições de candidatura, nem os critérios de avaliação. Embora as autoridades tenham ido emitindo algumas orientações e sugestões possíveis, os cidadãos estão ansiosos, mas existem muitos factores incertos, portanto, só lhes resta uma atitude de expectativa. Sr. Chefe do Executivo: o Governo tem algum plano ou rumo sobre os destinatários e requisitos para a compra das fracções do Novos Bairro de Macau, bem como sobre a aquisição e respectivas restrições? Os residentes também estão muito atentos às informações sobre a venda, especialmente sobre os preços das fracções habitacionais deste projecto. O Senhor Chefe do Executivo pode dar mais informações sobre os preços, para a população ficar a par e fazer os seus planos?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Ma Io Fong a sua questão.

Relativamente ao projecto “Novo Bairro de Macau”, é necessário esclarecer o seguinte:

o projecto está a ser desenvolvido pela Macau Renovação Urbana, S.A., empresa integralmente detida pelo Governo, sob a liderança executiva de Sr. Lam Kam Seng. O Sr. Lam já explicou por diversas vezes à sociedade os princípios de fixação de preços do projecto. Segundo o acordo previamente assinado entre as autoridades de Macau e Zhuhai, o preço médio de venda das unidades habitacionais não poderá exceder os 30.000,00 Renminbis por metro quadrado. Neste contexto, o termo “preço médio” refere-se ao valor médio global das fracções colocadas à venda no âmbito do projecto, considerando as variações de preço entre fracções individuais decorrentes de factores como piso, por exemplo, paisagem norte-sul, interior e exterior, sem ultrapassar o referido limite máximo. Actualmente, os preços exactos de cada fracção serão determinados com base na lista oficial de comercialização, sendo os detalhes do escalonamento de preços divulgados publicamente apenas durante a fase oficial de venda. As fracções situadas em pisos diferentes, com diferentes orientações e vistas, terão preços distintos, mas o preço médio global respeitará estritamente o disposto no acordo, não excedendo os 30.000,00 Renminbis por metro quadrado. Aos cidadãos interessados na aquisição de fracção, recomenda-se acompanhar atentamente as informações oficiais divulgadas. O esclarecimento acima considera-se suficiente para responder à sua pergunta.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e do Conselho Executivo, caros colegas:

Boa tarde.

Nos últimos 3 anos, a epidemia trouxe desafios complicados e severos para a sociedade e a economia locais, e o Chefe do Executivo e o Governo actuaram proactivamente e trabalharam muito na concretização das decisões do Governo Central, na promoção do desenvolvimento duradouro de Macau, e na salvaguarda da estabilidade socioeconómica e do bem-estar da população. Isto merece os nossos elogios. O Governo Central dá elevada atenção ao desenvolvimento e à estabilidade de Macau, e no 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, afirmou o seu apoio a Macau no desenvolvimento económico, no melhoramento da qualidade de vida da população e na resolução das profundas contradições e problemas existentes na economia; e entretanto, foram retomados os vistos electrónicos e as excursões de “4 províncias e 1 cidade”, para apoiar a recuperação e o desenvolvimento da economia local pós-epidemia, reforçando-se bastante a confiança dos sectores sociais. Esperamos que o Governo aproveite a oportunidade para lançar planos e

medidas mais eficazes para a recuperação e captação de investimentos, estabilizando a base económica e acelerando o desenvolvimento diversificado. Sr. Chefe do Executivo: quais são as novas medidas para, no próximo ano, aumentar a competitividade das políticas e a atractividade dos investimentos, criar suportes para orientar os investimentos industriais, e reforçar a captação de investimentos e talentos? Na sua opinião, como é que se pode concentrar melhor os recursos e as vantagens, para vencer a dura batalha do desenvolvimento diversificado?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Si Ka Lon a sua questão relacionada com captação de investimentos.

Neste aspecto, o Sr. Secretário Lei Wai Nong já respondeu por diversas vezes aqui. Gostaria de reiterar que, entre Janeiro e Outubro de 2022, foram recebidos, através do Serviço One Stop ao Investidor, 207 novos projectos de investimento, dos quais 133 foram acompanhados e concluídos no mesmo período, abrangendo diversos sectores como comércio por grosso e a retalho, comércio internacional, saúde e medicina, indústrias culturais e criativas, tecnologia, restauração, engenharia de decoração, design publicitário e indústria de manufatura. De acordo com os dados fornecidos pelos investidores, na fase inicial de implementação destes projectos, o montante total de investimento envolvido ascende a cerca de 168 milhões de patacas, criando aproximadamente 335 postos de trabalho, incluindo vagas em sectores estratégicos como saúde, tecnologias avançadas, turismo cultural e convenções e exposições. Actualmente, em virtude da pandemia dos últimos anos, tem sido mais difícil realizar actividades de captação de investimento em Macau. Contudo, não interrompemos esses esforços e continuamos a promover a captação de investimento através de diversas feiras e exposições, procurando atrair investidores mediante estas actividades e outras medidas de promoção externa. Contudo, em termos externos, devido ao facto de muitos investidores de fora não poderem vir para Macau, incluindo residentes de Hong Kong, o nosso vizinho próximo, que também não conseguem entrar em Macau, neste momento estamos limitados a dois mercados relativamente restritos: Macau e o Interior da China. Na realidade, mesmo o mercado do interior não é tão amplo, já que muitas províncias também enfrentam restrições de deslocação. Por isso, esperamos que, com a evolução da situação pandémica, no próximo ano possamos intensificar os nossos esforços de investimento tanto externos como internos. Neste sentido, pretendemos atrair maior participação em projectos de investimento integrados nas áreas não ligadas aos jogos, mediante a concretização de indústrias não ligadas ao jogo. Na última feira-exposição, já tivemos a presença de grandes grupos empresariais do Interior da China que vieram a Macau, muitos deles foram contactados e já começaram a realizar estudos de mercado na nossa

região. É importante salientar que os investimentos não se concretizam de imediato. No passado, alguns investimentos estavam principalmente ligados à imigração por investimento, cujos resultados efectivos foram limitados e sem contribuições económicas substanciais. No entanto, as empresas tomam decisões sobre a implementação de projectos com base nas suas estratégias de desenvolvimento, após avaliações detalhadas e estudos de viabilidade. O Governo continuará a aperfeiçoar o ambiente de investimento. Acho que o Sr. Secretário Lei Wai Nong, na próxima vez, vai abordar pormenorizadamente sobre o rumo de desenvolvimento deste aspecto nas LAG.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ma Chi Seng.

Ma Chi Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

Em primeiro lugar, gostaria de apresentar os meus sinceros agradecimentos ao Chefe do Executivo, a todos os funcionários públicos, aos voluntários e ao pessoal da linha de frente, pela dedicação altruísta, pelo desempenho das suas funções e pelo empenho incansável demonstrado nos trabalhos de prevenção e controlo da epidemia. Graças aos esforços de todos, Macau obteve resultados faseados na prevenção e controlo da epidemia. A 15.^a edição dos Jogos Nacionais em 2025 será co-organizada pela Província de Guangdong, Região Administrativa Especial de Hong Kong e Região Administrativa Especial de Macau. Macau será responsável pela organização e realização de várias modalidades de competição. O Governo da RAEM já manifestou claramente que irá, de acordo com a capacidade de organização do evento e as preferências desportivas dos residentes de Macau, candidatar-se a modalidades desportivas adequadas, bem como aprofundar a comunicação e a coordenação com as autoridades da província de Guangdong e de Hong Kong. O Governo Central exigiu claramente a Guangdong, Hong Kong e Macau que aproveitassem ao máximo as instalações desportivas existentes e que não construíssem novas instalações desportivas, com vista a concluir, de forma eficiente e pragmática, todos os trabalhos preparatórios da Grande Baía. Os Jogos Nacionais são o maior evento desportivo de nível nacional, pelo que se exige uma grande responsabilidade na preparação. Temos de envidar todos os esforços para uma boa cooperação com a Administração Geral do Desporto da China, com a Província de Guangdong e com Hong Kong, bem como otimizar, ao mesmo tempo, as instalações de hardware e software de Macau, elevando plenamente a capacidade de organização. Assim, gostaria de perguntar a Sr. Chefe do Executivo: Quais são os progressos faseados alcançados pelo Governo no âmbito da comunicação e coordenação inter-regional, no âmbito da organização dos Jogos Nacionais? Que modalidades desportivas serão organizadas em Macau? Qual é o ponto de situação dos trabalhos preparatórios quanto às instalações físicas

e dos recursos humanos? Quando é que se prevê o início do processo de recrutamento e formação de pessoal e de equipas de voluntários? Quais são as instalações desportivas que vão ser optimizadas?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Ma Chi Seng a sua questão.

Os preparativos para a Zona de Macau da 15.^a Edição dos Jogos Nacionais estão a decorrer de forma ordenada. O Instituto do Desporto tem mantido uma comunicação e coordenação estreitas com a Administração Geral do Desporto da China, a Administração Desportiva da Província de Guangdong e a Secretaria para os Assuntos Cíveis do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong. Com o objectivo de coordenar a cooperação entre os diversos serviços governamentais e entidades sociais envolvidas na organização dos Jogos, foi criada em Março deste ano a Comissão Organizadora da Zona de Macau da 15.^a edição dos Jogos Nacionais, que realizou a sua primeira reunião em 23 de Agosto. Tendo em conta as condições locais de Macau e a experiência acumulada na organização de eventos desportivos, prevê-se que acolha um número de modalidades de competição e populares não superior a dez. Neste aspecto, como temos de anunciar conjuntamente com Guangdong e Hong Kong quais os eventos que cada região irá sediar, não podemos fazer qualquer anúncio antecipado. Assim, divulgaremos oficialmente as modalidades atribuídas a Macau no momento oportuno. Contudo, as modalidades que assumirmos serão necessariamente aquelas que podemos realizar com base na infraestrutura existente, pois não pretendemos aumentar significativamente os investimentos em novas construções. Limitar-nos-emos a efectuar reparações, manutenção e modernização das instalações desportivas actualmente disponíveis, sem necessidade de grandes investimentos em novas infra-estruturas. Esta não é apenas uma decisão de Macau, mas uma orientação estabelecida conjuntamente por Macau, Hong Kong, Guangdong e pelas autoridades nacionais, que visa evitar que a realização dos jogos resulte em grandes investimentos em infraestruturas que, posteriormente, possam vir a ser subutilizadas ou gerar desperdícios. Portanto, este é o princípio básico já estava estabelecido desde o início aquando da aceitação desta tarefa.

Relativamente ao segundo aspecto, sobre o plano de recrutamento de voluntários, prevemos lançar esta iniciativa no primeiro trimestre de 2023, com o recrutamento público a todos os interessados em participar como voluntários, estimando um total de aproximadamente dez mil pessoas. Após as várias fases de formação e aprendizagem, estes voluntários serão mobilizados para apoiar actividades relacionadas com os jogos, tais como recepção, assistência nas competições, cerimónias desportivas, entrega de prémios e

campanhas de divulgação. Assim sendo, o recrutamento ocorrerá efectivamente no primeiro trimestre de 2023. Agradeço, pois, a sua pergunta sobre este tema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

Zheng Anting: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde.

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado em promover o planeamento e o desenvolvimento de Coloane e construiu o Túnel de Ká Hó. Mais, melhorou a preservação ecológica de Coloane e iniciou os trabalhos de revitalização dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun. No Relatório das LAG apresentado ontem, refere-se que vai ser criado o Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá, com vista a proporcionar aos cidadãos um espaço de lazer diversificado, o que é reconhecido pela população em geral. No Segundo Plano Quinquenal e no relatório técnico do Plano Director o Governo refere, quanto a Coloane, que se visa principalmente a preservação ecológica, o turismo e lazer e a salvaguarda do Património Cultural, para constituir um centro de desenvolvimento verde e de turismo e lazer de Macau. Contudo, ainda existem problemas que afectam desde sempre os residentes ao nível da vida e do negócio, como falta de instalações e infra-estruturas públicas, mau ambiente de negócio, insuficientes projectos de turismo com características culturais e desactualização da legislação. A sociedade espera que o Governo planeie e desenvolva melhor Coloane, colocando em destaque as suas características culturais diversificadas, adite elementos de gastronomia e pontos turísticos de *check-in* para enriquecer a experiência turística dos visitantes, e optimize o *hardware* para melhorar o ambiente de vida e negócio dos residentes de Coloane, a fim de contribuir para o desenvolvimento da diversificação industrial adequada de Macau, transformando Coloane num novo campo de crescimento económico de Macau. Gostaria de perguntar a Sr. Chefe do Executivo: de que planos e ideias dispõe para concretizar, de forma faseada, o desenvolvimento verde do turismo e lazer em Coloane?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Zheng Anting a sua questão.

No que diz respeito ao ordenamento do ambiente ecológico de Coloane, o IAM já está

a construir, de forma ordenada, o trilho de lazer de Coloane, tendo concluído o ponto de partida do Parque de Seac Pai Van. Foi concluída a primeira fase das obras, desde o Parque de Seac Pai Van, passando pela Granja do Óscar, na Vila de Coloane, até à Praia de Cheoc Van, e em 2023, continuar-se-á a promover as obras de optimização dos passeios entre o Parque de Merendas de Cheoc Van e a Praia de Hac Sá, ligando os diversos pontos de lazer de Coloane, a fim de criar um ambiente pedonal seguro e confortável para os residentes e turistas.

O segundo aspecto diz respeito ao Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá. O Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá, que irá utilizar os terrenos desaproveitados em Hac Sá por fases diferentes, já se encontra em fase de projecto e análise. Este projecto será apresentado à sociedade no momento oportuno, tendo em vista a recolha de opiniões e sugestões. O projecto do Campo de Aventuras Juvenis de Hac Sá baseia-se nos princípios de adequação às condições locais e de sustentabilidade ambiental, integrando actividades de lazer, desporto e aventura. Pretendemos criar um espaço que promova o desenvolvimento físico e mental dos jovens e ofereça à população um novo espaço verde de recreação. Com o objectivo de melhorar a eficiência na utilização do terreno, após a conclusão das obras de arborização e paisagismo, o espaço foi provisoriamente aberto ao público a partir de 30 de Abril de 2022. Encontram-se disponíveis áreas como o Circuito de Veículos Todo-o-Terreno de Hac Sá, a zona de bambus, a área de plantas ornamentais, a passarela de madeira e a via paisagística.

O terceiro aspecto diz respeito às cicloviás das Ilhas. Nos últimos anos, o IAM tem alargado progressivamente a rede ciclável, integrando áreas complementares de lazer e descanso, proporcionando aos residentes espaços recreativos diversificados. Actualmente, está em curso a fase de projecto para ligar a Pista de Bicicletas da Zona de Lazer da Marginal da Taipa à Pista de Bicicletas “Flor de Lótus”, com o objectivo de aumentar as instalações de turismo e lazer.

O quarto aspecto diz respeito à Vila de Nossa Senhora de Ká-Hó, em Coloane. Após um processo de restauro e revitalização por diferentes fases, as cinco casas já estão totalmente abertas ao público, tornando-se rapidamente num ponto turístico popular nas Ilhas. Desde a sua abertura, tem registado em média mais de 8.000 turistas por mês, quatro dessas casas foram cedidas pelo Instituto de Acção Social a organizações de serviços sociais, destinadas a funcionar como galerias de arte e cafés, iniciativas estas muito bem acolhidas pelo público. Os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun encontram-se actualmente em processo de requalificação, com potencial para se articular com os recursos culturais e turísticos circundantes, promovendo em conjunto o desenvolvimento cultural das Ilhas. Após a abertura, serão progressivamente integrados elementos como mercados de criatividade, concertos, refeições leves e *workshops*. A promoção do turismo nas Ilhas tem sido contínua, com a Direcção dos Serviços de Turismo a actuar activamente neste âmbito. Tem vindo a ser

reforçada a oferta de atractivos turísticos, nomeadamente através da promoção de diversos estabelecimentos gastronómicos. Neste sentido, a promoção turística das ilhas será continuamente reforçada.

Obrigado pela sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ngan Iek Hang.

Ngan Iek Hang: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo e caros colegas:

Boa tarde.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem-se esforçado na promoção da construção digital. Macau está na fase embrionária destas tecnologias cujo desenvolvimento será ainda mais amplo com o *upgrade* da plataforma Conta Única, a generalização do pagamento electrónico e a concessão da licença 5G, fazendo com que as perspectivas de desenvolvimento digital de Macau se tornem ainda mais amplas. Senhor Chefe do Executivo: como poderá Macau acelerar a promoção da sua construção digital, reforçar o modelo de Governo Digital e Sociedade Digital e a transformação e a digitalização das indústrias, elevar o nível dos serviços de tecnologia digital e promover a construção da digitalização transfronteiriça através da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, desenvolvendo uma Baía digital, e ligar tudo isso à China digital, contribuindo para a modernização do País. Como é que isto vai ser feito no futuro? A economia digital já se tornou num novo motor do desenvolvimento de alta qualidade da China e um instrumento útil para combater a epidemia, sendo também uma nova função para fazer face à recessão económica. Gostaria então de perguntar ao Senhor Chefe do Executivo: como poderá aproveitar as oportunidades do desenvolvimento da economia digital e elaborar um plano de desenvolvimento adequado? Como é que se vai proceder à construção de infra-estruturas digitais, à abertura e aplicação de dados, à segurança digital e à formação de quadros técnicos relacionados? Será promovido um novo conjunto de medidas para acelerar o desenvolvimento digital em Macau? A era da economia digital apresenta exigências mais elevadas à sociedade no que toca à literacia digital, assim, como é que se vai aumentar a literacia digital da população e as respectivas técnicas, com vista a resolver a discrepância de conhecimentos da população e das pequenas e médias empresas?

Obrigado, Exm.º Sr. Chefe do Executivo e Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Ngan Iek Hang a sua questão.

O desenvolvimento da economia digital é inevitável. Ontem, um jornalista perguntou-me como lidar com a situação de muitos idosos não se adaptarem bem às tecnologias inteligentes. Assim, espero que as nossas associações possam ajudar os idosos a adaptarem-se à economia digital, porque a economia digital é um conceito amplo que, na realidade, engloba muitos conceitos diferentes. A implementação do 5G permite, em muitos sectores industriais, utilizar esta tecnologia para realizar uma transformação digital abrangente. No que diz respeito à venda a retalho, nos últimos dias todos já viram os anúncios, a CTM já tem feito muita publicidade sobre o 5G no sector do retalho, este é o nosso futuro visionado. Talvez já não seja preciso contratar tanta gente: as pessoas entram, levam o que precisam e, com um simples 'bip', está tudo feito. Mas isto pode reduzir oportunidades de emprego, o que cria uma certa contradição. Afinal, a digitalização traz mais precisão e comodidade, mas também diminui a necessidade de mão de obra. Mesmo assim, as pessoas poderão dedicar-se a outros tipos de trabalho. É assim que temos de ver esta mudança.

No que diz respeito ao sector financeiro, já referi anteriormente que, no regime jurídico relativo ao estabelecimento e emissão de moeda, não excluimos a possibilidade de moeda digital, pelo contrário, já a incluímos na nossa legislação pertinente. O facto de Macau actualmente não possuir este tipo de moeda não significa que não venha a tê-lo daqui a cinco ou dez anos. Muitos dos colegas aqui presentes sabem que certas leis podem estar em vigor durante vinte ou trinta anos, havendo inclusive algumas com cerca de cinquenta anos. Se hoje não incluirmos esta possibilidade, no futuro poderemos ser obrigados a introduzir alterações. Por isso, devemos olhar com antecipação, é provável que venhamos também a apoiar esta medida, pois trata-se de um caminho inevitável no âmbito do direito escrito. Se estivéssemos num sistema de direito consuetudinário, poderíamos adaptar a lei a qualquer momento, como amanhã surge a moeda digital, e acrescentamos um capítulo à lei. Mas no sistema de direito escrito, isso não é possível, temos de prever todas as situações e consagrá-las claramente na legislação. O mesmo acontece no domínio da administração electrónica, quando falamos de digitalização, referimo-nos, por exemplo, à “Conta Única”, uma plataforma com cerca de 150 funcionalidades actualmente utilizada por 400 mil pessoas, isso é precisamente digitalização. A digitalização não é algo que pareça misterioso. O que é a digitalização? Embora muitas pessoas possam não saber ao certo, na realidade é muito simples, é através de uma combinação de números que procedemos ao tratamento dos documentos, por isso, temos que desenvolver a economia digital, como a condução autónoma, entre outros, estes são alguns dos aspectos da digitalização. As moedas virtuais a que me referi anteriormente representam uma forma ainda mais avançada de digitalização, que algo inteiramente virtual, inclusive a própria moeda. Neste sentido, devemos gradualmente adaptar-nos a esta realidade. A presente geração tem de se adaptar a demasiadas novidades, e a nossa geração anterior tinha apenas algumas notas, o que era tudo fácil. Hoje em dia, quando fazemos

compras, quer usemos cartões de crédito, MPay ou outros meios de pagamento electrónico, já nos integramos totalmente na vida digital. Até o cartão de consumo passou por uma transformação digital e o pagamento com o código QR também é uma forma de digitalização. Tudo isto são manifestações de digitalização. Pode-se ver que a digitalização não é um conceito distante ou difícil de entender, mas é uma realidade comum no dia-a-dia. Por exemplo, o código de saúde que usamos todos os dias é, em si mesmo, uma aplicação digital comum. Por isso não há nada de especial, a digitalização é o caminho que temos de seguir e o mundo tem vindo a desenvolver-se nesse sentido. No que diz respeito ao turismo e à cultura, vamos cooperar com o Interior da China, no sentido de promover conjuntamente a recuperação de Macau, e vamos reforçar ainda mais a cooperação com as outras províncias, inclusivamente as províncias do Delta do Rio Yangtze. Iremos, com certeza, consolidar os alicerces da recuperação de Macau, potenciar as nossas vantagens competitivas e expandi-las para o exterior. Os nossos futuros hospitais também utilizarão integralmente a tecnologia 5G, podendo inclusive contar com equipamentos robóticos tipo “*Da Vinci*” para realizar cirurgias. Muitas coisas tornar-se-ão possíveis, por exemplo, um médico em Pequim poderá realizar uma cirurgia em Macau à distância, sem necessidade de vir fisicamente até aqui. Muitas destas realizações serão possíveis graças ao 5G e à digitalização. Antes eram apenas ideias, mas agora trata-se de as concretizar. Este ano já concretizámos a implementação do 5G, e no próximo ano, esperamos que o 5G possa desempenhar mais funções neste aspecto.

Por fim, se tivermos, por exemplo, veículos sem condutor, talvez os taxistas voltem a queixar-se, dizendo que depois já não conseguem trabalhar como taxistas, assim, algumas situações assemelham-se a uma relação entre lança e escudo - onde há lança, há escudo, e onde há escudo, há lança. É precisamente nesta dinâmica que surge a contradição que “há sempre ganhos e perdas”, e é impossível conciliar plenamente ambos os lados. Mas o desenvolvimento da humanidade caminha inevitavelmente nesta direcção. Não há alternativa, não se trata de querermos ou não querermos avançar, mas sim de que o mundo actual nos obriga a seguir por este caminho. Se não tivéssemos a digitalização, se não tivéssemos o código de saúde, como poderíamos gerir eficazmente o controlo e prevenção da pandemia? Este é o exemplo mais simples e directo, uma ferramenta que todos tiveram de utilizar. Por isso, o Governo encara a digitalização com grande seriedade e está empenhado em desenvolver este domínio. Esperamos que as escolas reforcem a educação em STEM, que corresponde à educação digital, isto também faz parte do processo de digitalização.

Obrigado pela sua questão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

Com o forte apoio do País, chegou finalmente o momento do regresso dos grupos de turistas, para injectar forte dinamismo à recuperação económica e reforçar a confiança no desenvolvimento. Perante as rápidas e grandes mudanças, Macau continua a enfrentar grandes desafios de desenvolvimento, especialmente na liderança política. O Governo e os sectores da sociedade devem estar unidos e trabalhar para o mesmo fim, e deve cumprir as suas atribuições e empregar todos os esforços na liderança de forma activa. A implementação eficaz das LAG depende fundamentalmente da equipa dos trabalhadores da Função Pública. Porém, ainda há os que evitam tratar dos assuntos e resolver os problemas por medo, com a ideia de que quem não trabalha não erra e só se faz quando se pede, e até há muitos que não querem ser directores, preferem ser assessores. As omissões e irresponsabilidades são obstáculos para o desenvolvimento administrativo e para o desenvolvimento e progresso social. O Secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping, nas comemorações do retorno de Hong Kong à Pátria, afirmou que os governos das regiões administrativas especiais devem seleccionar talentos, para trabalhar no Governo, de acordo com os critérios de moralidade e competência, e atrair os que amam a Pátria, Hong Kong e Macau, os que são firmes nas suas posições, com capacidade de governação destacada, e que sirvam entusiasticamente o público. É preciso reforçar a gestão e melhorar o estilo de governação, ter coragem para assumir responsabilidades, e servir de exemplo para a criação duma boa governação. Sr. Chefe do Executivo: como é que o Governo vai planear o desenvolvimento a longo prazo de talentos para a governação? Como é que vai melhorar o regime de selecção destes talentos? Como é que vai atrair talentos para o Governo, a fim de criar uma equipa de governação responsável e competente para liderar e enfrentar os novos desafios do desenvolvimento?

Obrigada.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Deputada Song Pek Kei a sua questão.

Agradeço sinceramente a sua questão, que aborda efectivamente uma questão real. Os funcionários públicos têm o seu próprio sistema regulamentar, e não podemos actuar como nas empresas privadas, onde ao vermos alguém competente, o podemos contratar imediatamente para um determinado cargo. No serviço público, existe uma estrutura hierárquica, oportunidades de acesso, provas e níveis bem definidos. Isto não é algo que possamos decidir com base na nossa própria opinião. Embora eu próprio não tenha origem no funcionalismo público, ao integrar a equipa de funcionários públicos, tenho pleno respeito pelo sistema existente. Não podemos aplicar a lógica do sector privado, nomeando directamente quem consideramos capaz para cargos como director de serviços, juiz ou qualquer outro cargo público. Trata-se de um sistema rigoroso e bem estruturado, pelo que

esta é a minha resposta sobre a matéria. Contudo, na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, já ultrapassámos este modelo. Actualmente, estamos a elaborar as disposições legais necessárias para permitir a recrutamento aberto junto da sociedade. Trata-se de uma inovação ousada e de uma experiência corajosa que estamos a realizar nesta zona. Claro que também já destacámos muitos funcionários públicos de Macau para ocuparem cargos de direcção na Zona de Cooperação Aprofundada, como directores. Assim sendo, dentro da equipa de funcionários públicos, através da realização de formações adequadas, já foram organizadas três edições de cursos de formação intensiva de três meses, em regime de dedicação exclusiva, na Universidade de Macau, tendo muitos colegas já sido destacados para a Zona de Cooperação Aprofundada, ocupando cargos de subdirector ou director. Se em Macau os mesmos também têm naturalmente essa oportunidade, mas terão de regressar aos seus serviços de origem e seguir novamente os procedimentos e regras aplicáveis. Actualmente, estamos a preparar a organização da quarta edição deste curso de formação. Na Zona de Cooperação Aprofundada, não estamos a recrutar apenas funcionários públicos indicados, mas claro, todos os interessados dos serviços públicos são bem-vindos.

Em segundo lugar, embora desejemos poder recrutar, junto da sociedade em geral, os talentos a que acaba de referir, tal não é viável no âmbito do actual sistema do Governo de Macau, no qual o acesso profissional se processa de forma gradual e hierárquica, nível a nível. Recebo com frequência cartas de auto-recomendação de pessoas que afirmam: “Quero ser director” ou “Posso garantir determinados resultados”. Contudo, na maioria dos casos, esses indivíduos desempenham funções de técnico. Como poderia eu promovê-los directamente a cargos de direcção? Tal prática suscitaria imediatamente inúmeras reclamações, por ausência de fundamento nas disposições legais. Trata-se, pois, de uma impossibilidade, porque o acesso na função pública deve seguir um procedimento estruturado. Não obstante, compete-nos criar as condições adequadas para apoiar e desenvolver os nossos colegas. Antigamente, costumava dizer-se que conhecer mais as pessoas era mais importante do que saber ler e escrever. Hoje, o nosso objectivo é que os próprios serviços indiquem candidatos para os nossos cursos de formação, criando assim uma base de talentos vocacionada para a futura equipa de governação. Pretendemos reunir cerca de duas dezenas de participantes em cada edição do curso, provenientes de diferentes serviços, de modo que, através desta formação, possam estabelecer laços de comunicação, compreender melhor os desafios uns dos outros e desenvolver uma maior empatia mútua. Além do mais, vão ser criados melhores mecanismos de cooperação inter-serviços. Contudo, é sublinhar que estes resultados não surgirão de imediato. Os participantes actuais, na sua maioria, ainda não ocupam cargos de director, subdirector ou chefe de departamento, a maior parte deles são técnicos superiores. Assim, temos aqui um modelo de uma equipa de quadros, em que cada indivíduo, seja ele já conhecido ou não, por outros é escolhido com base na sua disponibilidade e na recomendação do seu serviço. O nosso objectivo é constituir uma equipa com estas características e, no futuro, contar com um número crescente de profissionais qualificados nestas áreas. Neste sentido, considero ter respondido à sua questão, os

funcionários públicos têm o seu próprio regime, que devemos respeitar e cumprir. Dado que o ingresso na equipa de funcionários públicos também não é assim tão simple. Cada vez que se realiza um concurso, são muitas pessoas que se candidatam a um lugar e muitos só conseguiram ingressar numa categoria de categoria depois de terem passado por várias provas. Se pudéssemos simplesmente escolher qualquer pessoa na rua para ocupar um cargo na administração pública, estaríamos a violar o regime dos funcionários públicos. Nas empresas privadas isso é possível, perfeitamente possível. Por isso, pretendemos agora ultrapassar esse obstáculo do sistema em Hengqin, que é relativamente novo, assim, espero que, neste aspecto, seja possível inovar ousadamente em Hengqin.

Obrigado.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 20 minutos

(Intervalo)

Presidente: Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Vamos continuar com a nossa sessão. Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.^o Sr. Chefe do Executivo, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

Boa tarde.

A minha questão de hoje é sobre o desenvolvimento do 5G e a construção de comunidades inteligentes. Este mês, o Governo concedeu licenças 5G válidas por 8 anos a duas operadoras de telecomunicações, e a sociedade está atenta às novas oportunidades que a era 5G vai trazer para Macau. A concessão de licenças 5G no Interior da China aconteceu mais cedo do que em Macau, e nos últimos anos, a integração de tecnologias, como a inteligência artificial, 5G, internet das coisas, megadados e computação em nuvem, acelerou, dando um forte impulso ao desenvolvimento de “comunidades inteligentes” no Interior da China. O surgimento contínuo de diversas aplicações inovadoras deu origem a gestão e serviços comunitários baseados na digitalização, a redes, à informatização e inteligência, e no contexto da epidemia, acelerou a transformação dos modos de vida e de trabalho. Com o arranque oficial dos serviços 5G em Macau, de que planos a longo prazo dispõe o Governo para o desenvolvimento das telecomunicações e do 5G em Macau? O Governo dever explorar, activamente, novos cenários para as aplicações 5G, e acelerar a utilização dos serviços 5G na vida da população, para a sociedade se tornar mais inteligente, eficiente e ágil. Vai fazê-lo? Deve ajudar as PME locais a aplicar serviços inovadores 5G, para reforço da

capacidade digital e da sua transformação. Vai fazê-lo? Com base na premissa da salvaguarda da privacidade, o desenvolvimento das “comunidades inteligentes”, que já aconteceu no Interior da China, será uma das direcções para o futuro desenvolvimento de Macau? O que pensa o Governo sobre isto? O “Novo Bairro de Macau” é um projecto-piloto para a extensão a Hengqin do sistema de saúde, educação básica e cobertura da segurança social. Este bairro tem condições para se tornar numa comunidade inteligente-piloto?

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Ho Ion Sang a sua questão.

No que diz respeito à questão do 5G, que há pouco o Sr. Deputado Ngan Iek Hang falou, já expliquei uma parte, embora eu não seja um especialista nesta área. Podemos observar que a aplicação do 5G na China, especialmente no sector industrial, tem sido muito bem-sucedida. Por exemplo, nas linhas de montagem automóvel, quando há necessidade de mudar de modelo, através do reajustamento de 5G, podem misturar diferentes modelos de automóveis dentro da mesma linha de produção, no sentido de elaborarem, em conjunto, os respectivos procedimentos, e de montarem em diferentes direcções, por isso, podemos verificar que este aspecto é muito favorável no sector industrial. Outro exemplo é a aplicação do 5G nos terminais de contentores, onde esta tecnologia permite automatizar completamente o processo de carga e descarga, aumentando significativamente a eficiência operacional. Em Macau, o 5G foi implementado apenas esta semana. Penso que, inicialmente, as instituições educativas serão as principais beneficiárias. Espero que as escolas possam acelerar a adopção do 5G, especialmente no domínio do ensino por vídeo, no futuro, talvez possa ser mais fluente para eles, porque ainda vão ter mais funções para utilizarem. Em segundo lugar, no âmbito da saúde, temos os dados de cuidados de saúde. Em terceiro lugar, a “Conta Única” e outras iniciativas semelhantes, que inevitavelmente terá uma nova versão aprimorada. Se até ao próximo ano a rede 5G tiver cobertura generalizada, actualmente ainda é parcial, mas espera-se que no próximo ano seja amplamente coberta, penso que os resultados serão ainda melhores. No futuro, na área da saúde, especialmente no novo hospital das Ilhas, certamente que vamos adoptar a tecnologia 5G para o próximo passo, por exemplo, será que podemos utilizar o sistema de vídeo-diagnóstico junto dos idosos? Porque alguns deles sofrem de doenças crónicas, os pacientes necessitam apenas de consultas periódicas, o que também esperamos que possa ser concretizado através do sistema 5G. O 5G pode ser utilizado em muitas áreas, pelo que agora esperamos que o 5G possa também impulsionar sectores como o retalho, a gestão hoteleira e a gestão de restaurantes, proporcionando melhores oportunidades de desenvolvimento para diferentes sectores.

No que se refere ao aspecto do “Novo Bairro” em Hengqin, os serviços de distribuição em Macau encontram-se em fase de elaboração de projecto. A Macau Renovação Urbana,

S.A. está a preparar-se para apoiar as associações de base de Macau e as associações de cuidados de saúde de base, com o objectivo de prestar serviços aos cidadãos de Macau que ali residam. Por isso, de acordo com a tendência do desenvolvimento do mesmo, vamos aperfeiçoar gradualmente as medidas de prestação de serviços sociais que são semelhantes às de Macau.

Obrigado pela sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Leong Wong.

Lei Leong Wong: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

Para fazer face ao envelhecimento da população e aperfeiçoar as políticas respectivas, nos últimos anos, o Governo promoveu e implementou activamente diversas medidas relacionadas nos últimos anos, o que, de forma objectiva, já alcançou resultados significativos. Porém, durante três anos consecutivos, o Regime de previdência central não obrigatório, que é parte importante do Regime de segurança social, não reuniu condições para se efectuar a repartição extraordinária de saldos orçamentais, por não ter havido saldos de execução orçamental nas finanças públicas. Os cidadãos em geral podem não sentir logo o problema, mas para os idosos, que já têm idade para levantar as verbas da previdência, isto é uma redução directa das suas receitas anuais, que afecta de certo modo a sua vida. Embora as autoridades já tenham respondido, muitos idosos esperam medidas de apoio adicionais. É de salientar que, da mera leitura de alguns artigos, a repartição extraordinária é uma “partilha de frutos”, mas o Governo deve ter em conta o objectivo legislativo de todo o Regime de previdência central não obrigatório, pois só assim é que é possível reforçar a protecção na velhice e complementar o Regime de segurança social. Portanto, não haver repartição extraordinária não é apenas um problema de benefícios sociais, mas também do aperfeiçoamento de todo o Regime de segurança social. Assim, o Governo tem de continuar a otimizar o regime de segurança social e a reforçar a atenção e o apoio aos idosos. Sr. Chefe do Executivo: há três anos consecutivos que o Regime de previdência central não obrigatório não reúne, nos termos legais, condições para se efectuar a repartição extraordinária. O Governo vai ponderar atribuir mais uma prestação dos subsídios para idosos e de invalidez, para minimizar os prejuízos para os idosos e deficientes? O Governo vai estudar a viabilidade de outros regimes de apoio, para oferecer garantias a estes grupos sociais quando os mecanismos vigentes não estiverem em condições de produzir os efeitos previstos, para que sirvam como uma garantia de protecção para os grupos interessados? Numa perspectiva de longo prazo, o Governo vai criar um mecanismo de indexação entre a pensão de velhice e o valor do risco social, com vista à concretização do objectivo da política de conferir sentimentos de segurança aos cidadãos seniores?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Lei Leong Wong a sua questão.

Tal como disse, em relação à resposta a este aspecto, o Sr. Secretário Lei Wai Nong já fez referência aquando da apresentação do orçamento financeiro, por isso, não vale a pena repetir aqui.

No que diz respeito ao ajustamento da pensão de velhice, o Fundo de Segurança Social, a partir de 2022, implementou integralmente o mecanismo de ajustamento permanente de prestações do regime da segurança social. No futuro, será definido de acordo com este mecanismo, que consiste na verificação dos diversos parâmetros, calcula a taxa de variação acumulada do índice composto de preços no consumo e, com base na orientação política de garantir que o valor total da pensão e do subsídio para idosos não seja inferior ao valor do risco social, assegurar o nível básico de protecção na velhice, isto é o ajustamento da pensão de velhice. Relativamente aos dados actuais, as estatísticas do primeiro semestre de 2022 mostram que o sistema de segurança social contava com cerca de 142 mil beneficiários da pensão de velhice ou dos subsídios de invalidez, dos quais menos de um por cento, especificamente 1305 pessoas necessitaram recorrer ao Instituto de Acção Social para obter assistência económica adicional devido a condições de pobreza económica. Estes dados revelam que a esmagadora maioria de 99% dos beneficiários consegue satisfazer as suas necessidades básicas de vida e, demonstram que o actual sistema de segurança social de Macau e os mecanismos conexos estão a funcionar eficazmente, conseguindo prestar apoio preciso e com recursos adequados aos cidadãos que mais necessitam. Neste âmbito, o Governo da RAEM também dispõe de mecanismos regulares para apoiar famílias economicamente carenciadas, assegurando-lhes o sustento básico. Em primeiro lugar, conceder assistência económica a famílias com baixos rendimentos; em segundo lugar, prestar apoio a famílias que se encontram numa situação de limiar de pobreza e que não cumprem os requisitos para obter assistência económica; em terceiro lugar, fornecer auxílio aos desempregados involuntários para atenuar a sua pressão de vida; em quarto lugar, atribuir de subsídio de invalidez e prorrogar o plano piloto do subsídio de cuidadores; em quinto lugar, prestar assistência a estudantes cujas famílias enfrentam dificuldades económicas; em sexto lugar, existem mecanismos estabelecidos para assistência médica. Portanto, o Governo possui ou não esses mecanismos de garantia, como acabou de mencionar? Sim, esses mecanismos existem. Há pouco, sugeriu um aumento generalizado, por enquanto, não ponderámos esta possibilidade, contudo, perante qualquer dificuldade, dispomos certamente de um mecanismo de protecção básica para apoiar as necessidades de vida das pessoas com deficiência e das pessoas carenciadas que necessitam desse apoio.

Obrigado pela sua questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheung Kin Chung.

Cheung Kin Chung: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

A economia local foi gravemente afectada pela epidemia, e perante as enormes dificuldades e pressão, o Governo, liderado pelo Chefe do Executivo, tem prevenido e controlado eficazmente a epidemia, tem-se empenhado na recuperação económica e turística, e os resultados merecem o reconhecimento da sociedade. O sector do turismo também assume a sua responsabilidade social, prestando todo o apoio e colaboração em diversos trabalhos. Com o grande apoio do Governo Central, o Governo da RAEM e os sectores sociais uniram-se para ultrapassar as dificuldades e venceram os desafios da epidemia. Sob o carinho do Governo Central e os esforços do Governo da RAEM, foram autorizadas a ampliação do Aeroporto de Macau e respectivas obras de aterro, foram retomados, em 1 de Novembro, os vistos electrónicos individuais e as excursões das “4 províncias e 1 cidade”, etc.. Estes resultados não foram nada fáceis de alcançar e contribuem para aumentar bastante a confiança da sociedade e para a recuperação económica e turística. Sr. Chefe do Executivo: quais são as políticas do Governo para continuar a alargar as fontes de turistas e acelerar a construção do Centro Mundial de Turismo e de Lazer em Macau?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Cheung Kin Chung a sua questão.

Como acelerar ainda mais a construção do Centro Mundial de Turismo e de Lazer em Macau? As políticas do Governo da RAEM, até ao presente momento, penso que tem sido consistente e, têm vindo a acolher todos os tipos de desenvolvimento, especialmente no que respeita aos visitantes do sector de turismo. Recordo-me de que, no passado, alguns deputados chegaram a sugerir a cobrança de uma “taxa de entrada” aos turistas que visitam Macau, e também já passámos por estas fases. Naquela altura, preocupava-nos o excesso de turistas, e chegou a ser proposta nesta Assembleia uma “taxa de entrada” para limitar o número de turistas, e agora, damos as boas-vindas aos turistas. Desde o início até ao fim de cada mandato do Governo, também registámos com agrado a entrada dos turistas, e não alterámos, e não impomos nenhuma restrição à entrada de turistas, o que é um compromisso que temos desde sempre. Como podemos então atrair ainda mais turistas? De acordo com os dados mais recentes de Macau, no comércio a retalho, especialmente no sector de consumo de valor mais elevado, o volume de negócios em 2021 já recuperou entre 85% e 90% dos níveis de 2019. No sector da restauração, a recuperação em 2021 atingiu também mais de 80% de 2019. Estes números demonstram claramente a importância dos turistas para nós. É

claro que isto também inclui o suporte das necessidades internas da população de Macau, por isso, temos que ter em conta os dois aspectos. Recentemente, o Governo Central demonstrou um forte apoio a Macau, especialmente através da reunião de trabalho sobre Macau realizada em 23 de Setembro. Um dos pontos-chave foi a retoma dos vistos electrónicos, que entrou em vigor desde o dia 1 deste mês. Esperamos que, nos próximos dias, recebamos em breve uma notificação do Ministério da Cultura e Turismo sobre a retoma das viagens turísticas colectivas provenientes da Província de Guangdong. Em Setembro, solicitei ao Governo Central que avançasse primeiro com a Província de Guangdong, pois na altura estava em situação segura. Infelizmente, em Outubro, surgiram problemas em Cantão e nas áreas vizinhas, o que dificultou a retoma. Mesmo com a reabertura, é difícil para Cantão organizar as viagens turísticas colectivas, pois as pessoas ainda estão relutantes em sair, preferindo ficar em casa. Contudo, a Província de Guangdong continua a ser um dos principais mercados, juntamente com cidades como Cantão, Foshan e Shenzhen. Apesar destes obstáculos, não nos demovemos. Podemos concentrar-nos noutras regiões da Província de Guangdong onde não há surtos de epidemia, e atrair viagens turísticas colectivas dessas regiões. Esperamos que, através da flexibilidade do sector de turismo, possamos retomar os trabalhos de organização das viagens turísticas colectivas, e resolver a insuficiência de guias turísticos de Macau e de turistas. Caso a retoma das viagens turísticas colectivas de Guangdong decorra com sucesso, solicitaremos rapidamente ao Governo Central a expansão desta política a outras três províncias e uma cidade, o que permitirá uma recuperação em larga escala. Desde 1 de Novembro, data da retoma dos vistos electrónicos, temos observado diariamente uma taxa de ocupação extremamente elevada nos voos provenientes das cidades do Interior da China com destino a Macau. Isto comprova-se que existe uma forte procura por parte dos turistas para visitar Macau. Esperamos que, na segunda metade do ano, especialmente com os diversos eventos programados em Novembro e Dezembro, consigamos atrair ainda mais turistas. A Air Macau já está a preparar-se adequadamente, aumentando o número de voos, etc.. Estes turistas que chegam de avião representam um suporte fundamental para os hotéis e o comércio a retalho. Com a retoma dos vistos electrónicos, esperamos que os respectivos sectores passam ter uma recuperação melhor.

Além disso, as viagens turísticas colectivas dependem do número de pessoas autorizadas a viajar, por isso, o sector de turismo tem de conhecer quais são os locais seguros e sem epidemia na província de Guangdong, além do mais, ainda têm vontade de vir a Zhuhai ou às zonas próximas, porque o maior problema que eles têm de enfrentar é as zonas próximas, e têm de passar por estas zonas para poderem entrar, ou seja, eles não vêm de avião. Quando vêm de avião, eles podem evitar estas zonas, mas agora, eles não vêm de avião, se quiserem utilizar o veículo, têm de passar por aqui, se voltarem para casa e mudarem outro código, é muito inconveniente, assim, todos estão preocupados com esta questão. Por isso, isto afecta a retoma das viagens turísticas colectivas, pelo contrário, as do exterior não têm este problema, porque os turistas do exterior vão ter mais visitas em Macau, é nesse sentido que esperamos uma recuperação progressiva. Actualmente, o número médio diário de turistas é inferior a 20 mil, esperamos que, através deste relacionamento, possamos alcançar o nível exigido pelo Governo. Esperamos que o sector de turismo possa, em conjunto, convencer as agências de viagem a retomar as viagens turísticas colectivas. Inicialmente, esperávamos que as viagens turísticas colectivas visitassem Macau durante o período do Grande Prémio e participassem mais nas actividades, mas agora parece-me que o tempo é muito curto, já que

este fim de semana a respectiva actividade já começou. Por isso, esperamos, a longo prazo, aproveitar os vários feriados e grandes festividades que ainda temos pela frente para realizarmos bem o trabalho. Em relação às outras províncias, continuaremos a colaborar activamente conjunto com o Ministério da Cultura e Turismo e com as autoridades centrais. Acreditamos que, num futuro próximo, será rapidamente disponibilizado.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

No próximo ano, devido à continuidade das medidas de prevenção e controlo da pandemia, prevê-se novamente um orçamento com défice de 130 mil milhões de patacas. O sector dos jogos, que constitui a principal base da economia local, encontra-se ainda em “fase de recuperação lenta”, e a perspectiva para 2023 permanece incerta. Esta situação poderá levar ao encerramento de diversas micro e pequenas empresas, ao aumento da taxa de desemprego, em particular entre os jovens, e a uma pressão acrescida sobre as famílias e grupos mais vulneráveis. Paralelamente, as reservas financeiras da RAEM estão a diminuir progressivamente, a taxa de suicídio constitui um problema social preocupante, e o desânimo entre os funcionários públicos tem-se acentuado nos últimos anos. Para inverter esta tendência e promover a retoma sustentável da economia de Macau, apresento ao Sr. Chefe do Executivo as seguintes recomendações: Em primeiro lugar, recomenda-se a adaptação célere das medidas de prevenção da epidemia, nomeadamente a transição do regime actual de “5+3” para um regime de “3+3”, com o objectivo de facilitar a reabertura gradual às viagens internacionais e atrair novamente turistas estrangeiros, impulsionando assim as receitas dos sectores do jogo e do turismo; em segundo lugar, urge reforçar o apoio aos grupos socialmente vulneráveis, nomeadamente através do aumento das pensões de sobrevivência, dos subsídios para idosos e da pensão de velhice. Embora o Chefe do Executivo já tenha referido esta matéria, considera-se necessário rever o actual regime institucional, com vista a proceder a uma nova distribuição extraordinária de 7.000 patacas do Regime de Previdência Central e a devolver os montantes pagos nos últimos três anos, no valor total de 21.000 patacas, sob formas apropriadas e sustentáveis. Por último, é essencial implementar medidas concretas para reforçar a motivação dos funcionários públicos, bem como aumentar a transparência da actuação governativa. Neste contexto, destaca-se a importância da futura lei de aquisição de bens e serviços, cuja proposta será apresentada à Assembleia Legislativa. Sublinha-se, neste âmbito, a necessidade de criar uma plataforma integrada e pública.

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado

José Pereira Coutinho a sua questão.

Em primeiro lugar, existe um défice, e se se disser que, nos últimos 3 anos, registou-se um défice de 130 mil milhões de patacas, e se no próximo ano não se registar um défice de 130 mil milhões de patacas, assim, os dois números não são precisos, por isso, este é o primeiro aspecto.

Em segundo lugar, o sector do jogo está moribundo, ou seja, basta dizer que está a morrer, mas achamos que o mesmo sector ainda tem medidas de subsistência, porquê? Porque podemos constatar que, durante estes três anos, o sector do jogo assumiu uma grande responsabilidade perante a sociedade, isto é um facto visível, todos sabem que nestes três anos houve prejuízos, algo que todos podem verificar nos jornais. Contudo, devemos também recordar os lucros que auferiram em Macau ao longo das últimas dezenas de anos, é uma informação amplamente disponível na internet. Não se trata agora apenas de 100 mil milhões ou 200 mil milhões de patacas, os seus lucros representam uma cifra verdadeiramente impressionante. Nenhum negócio consegue lucrar desde o início até ao fim. Em qualquer grande investimento, quando empresas estrangeiras investem na China, prevê-se que nos primeiros três a cinco anos ocorram prejuízos, sendo que os lucros só começam a ser gerados posteriormente. É o que se costuma chamar “perder no início para ganhar no fim” ou “ganhar no início e perder no fim”. É impossível que um negócio obtenha lucro continuamente desde o início até ao fim, este é um conhecimento básico que qualquer pequena ou média empresa conhece bem, um princípio fundamental. Não é normal que um negócio seja lucrativo o tempo todo desde o início, certamente que vai haver uma flutuação. Por isso, quer as negociações com as empresas de jogos, quer a sua participação em concursos públicos, as mesmas demonstram grande confiança. Claro que eles enfrentam actualmente algumas dificuldades, mas o total de activos das mesmas empresas ainda é enorme. Sabemos que Macau actualmente tem uma grande dívida de terrenos. Porque há tantas dívidas de terrenos? Porque concedemos muitos terrenos às empresas do jogo para serem utilizados. Agora o Governo tem de pagar essa dívida de terreno a outrem. O Sr. Secretário Raimundo do Rosário disse-me muitas vezes que temos a dívida de 88 mil metros quadrados de terreno, o que é uma verdade. Como todos na Assembleia Legislativa, sabem que ainda temos muitas dívidas de terreno a pagar a outrem, portanto, é impossível que todas as empresas dos jogos venham a encerrar até ao final de Dezembro. Ontem já disse aos jornalistas para não acreditarem nos comentários negativos sobre Macau divulgados na internet, pois isso não traz nenhuma vantagem. Afirmar que, se todos aqui falarem que as empresas dos jogos estão moribundas, etc., isso é absolutamente uma opinião negativa e inadequada.

No que diz respeito à questão dos jovens, sabemos que, há pouco, os Deputados Lei Cheng I e Leong Sun Iok também se preocupam muito com a situação do emprego, e já respondi que não vale a pena repetir, porque vamos envidar todos os esforços. Em conjunto com as respectivas instituições e associações, vamos fazer um bom trabalho neste aspecto,

certamente que realizamos sessões de emparelhamento todas as semanas, etc...

Quanto aos jovens, estamos a par da situação, tal como já referi, os Deputados Lei Cheng I e Leong Sun Iok manifestaram uma grande preocupação relativa à situação do emprego dos jovens, e respondi anteriormente, não vou repetir. Nós vamos desempenhar todos os esforços e trabalhar em conjunto com as instituições e organizações relevantes para melhorar esta área. Empenhamos em realizar, todas as semanas, sessões de emparelhamento profissional.

Sobre o que referiu acerca da eliminação das medidas “5+3” e “3+3”, ontem, durante a conferência de imprensa, afirmei claramente que iremos manter a nossa política de eliminação total do vírus e, por enquanto, não haverá qualquer alteração. Quanto à possibilidade de implementar a medida “3+3”, será que ela se aplica a estrangeiros? Posso dizer-lhe categoricamente que não, não será aplicada. Actualmente, as regiões vizinhas consideram que apenas a opção “0+0” é eficaz, enquanto a opção “0+3” também não surte efeito. Isto não pode ser apenas repetir o que os outros dizem, temos de ter um fundamento, é possível observar a experiência dos outros, e nesse aspecto vamos nos empenhar.

Em relação aos outros aspectos, o Sr. Secretário Lei Wai Nong já respondeu e não vou repetir.

Obrigado pela sua pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Che Sai Wang.

Che Sai Wang: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

O tema do meu discurso de hoje é “Adoptar diversas medidas para apoiar o desenvolvimento profissional dos jovens”. No relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o Presidente Xi Jinping menciona especialmente, o seguinte: *“Uma nação será forte quando os seus jovens se fortalecerem. Este é o momento ideal para os jovens chineses alcançarem realizações, pois têm um vasto palco para demonstrarem os seus talentos e perspectivas promissoras para a concretização dos seus sonhos.”*

No entanto, olhando para a realidade, não podemos ser optimistas. Desde o início da epidemia, a taxa de desemprego dos residentes já ultrapassou 5%, e até ao segundo trimestre, a taxa de desemprego dos jovens com idade entre os 16 e os 34 anos atingiu 11,7%. Tenho recebido diariamente muitos pedidos de ajuda de jovens desempregados. A DSAL tem organizado, de forma activa, actividades de conjugação de emprego, no entanto, os postos de trabalho são relativamente básicos e não permitem que os jovens desenvolvam os seus

conhecimentos.

O Governo deve dar importância ao apoio aos jovens com habilitações académicas e com ambição, disponibilizando-lhes mais palco para desenvolverem as suas capacidades, por exemplo, aumentando as oportunidades de ingresso na equipa de funcionários públicos. No entanto, devido ao problema do antigo regime, há funcionários públicos com 36 a 40 anos de serviço que não conseguem aposentar-se e têm de continuar a trabalhar; e quanto aos funcionários públicos desligados da Administração Pública e que pertencem ao regime de previdência, o Governo deve atribuir-lhes subsídios de família e de residência, e prémios de antiguidade, no sentido de assegurar a justiça e a imparcialidade.

Mais, o antigo regime também impede o ingresso dos jovens na Função Pública, e os recém-graduados perdem assim oportunidades de desenvolver as suas capacidades. Espero que o Chefe do Executivo resolva a questão da aposentação dos funcionários públicos de forma flexível, libertando mais postos de trabalho, para mais jovens poderem ingressar na função pública. O Governo deve ainda colaborar com as empresas do jogo e outras empresas da Grande Baía, para proporcionar aos jovens postos de trabalho correspondentes à sua vocação profissional, e deve ainda divulgar periodicamente os dados sobre os estágios e os postos de trabalho oferecidos aos jovens.

Espero uma resposta do Sr. Chefe do Executivo sobre as referidas questões, relativamente à formação de jovens quadros qualificados de Macau. Obrigado.

Obrigado, Exm.º Sr. Chefe do Executivo. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Deputado Che Sai Wang a sua questão.

Responderei às suas questões, a cada uma delas, e às de todos os Deputados aqui presentes.

Em primeiro lugar, fala sobre o regime de recrutamento, temos uma gestão de número de quota para os funcionários públicos, temos um número definido, não podemos recrutar sem limites.

Em segundo lugar, refere que existem funcionários públicos que, após 36 a 40 anos de serviço, ainda não se podem aposentar. Nesse caso, por favor, envie esses casos ao Sr. Secretário Cheong Weng Chon, para que verifique qual o serviço. É inaceitável, porque sabemos que muitos funcionários já se aposentaram após 30 anos de serviço, e se se disser que vão atingir 36 a 40 anos de serviço que ainda não conseguem a aposentação, envie

imediatamente esses processos ao Sr. Secretário Cheong Weng Chon para identificar qual serviço está a impedir a sua aposentação, está bem? Vamos exigir responsabilidades, por que razão não lhe concederam a aposentação? Espero que o que está a referir, seja verdade, está bem?

Em terceiro lugar, em relação ao actual regime de recrutamento que referiu, temos realizado concursos públicos de recrutamento, no entanto, isso nem sempre garante lugares de quadro. Após a publicação da lista classificativa, são realizados concursos de avaliação de competências profissionais, de acordo com o regime jurídico da função pública.

Em quarto lugar, as medidas de apoio económico já foram alargadas para incluir os trabalhadores do regime de previdência desligados da Administração Pública. Considerando que os trabalhadores do nível inferior que se desligaram da Função Pública há mais tempo poderiam receber da previdência um montante baixo e alguns deles estão a deparar-se com dificuldades económicas, a partir de Junho de 2022, alargámos as medidas de apoio económico para incluir também trabalhadores desligados do regime de previdência. Por isso, esse trabalho já foi avançado no passado mês de Junho.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Hou Seng.

Chan Hou Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

O tema de que vou abordar hoje está relacionado com a expectativa de que como as futuras instalações culturais na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2 possam contribuir para um novo desenvolvimento de Macau. O Governo da RAEM está a realizar uma consulta pública sobre o Projecto do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2, cujo documento vem explicitar o plano para o desenvolvimento desta área entre 2022 e 2040. O desenho planeado, baseado em análises científicas e bem estruturado, revela um futuro promissor e encorajador. A sociedade tem também prestado especial atenção às instalações culturais, como museus, bibliotecas e salas de exposição e de espectáculos, projectadas para esta zona, que, no plano do Governo, serão edificadas como novos marcos culturais da cidade. A designação constante no documento — “equipamentos culturais ao nível da cidade” — indica claramente que estas infraestruturas não se destinam apenas ao uso comunitário local. O Governo da RAEM tem demonstrado uma elevada importância à construção cultural, o que tem motivado aprofundadamente os sectores culturais, que estão, ao mesmo tempo, atentos à eficácia desses “equipamentos culturais ao nível da cidade”, tendo a expectativa de que as novas infraestruturas possam suprir as carências actualmente existentes ou complementar o que falta, contribuindo, assim,

para um novo impulsionamento do desenvolvimento de Macau. Por exemplo, em articulação com a iniciativa de cooperação “Uma Faixa, Uma Rota”, podem ser construídas instalações específicas para espectáculos, reforçando as ligações externas, alargando a base de visitantes internacionais, consolidando o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e impulsionando a economia cultural e turística local. Deste modo, gostaria de colocar, a Sua Ex.^a o Chefe do Executivo, qual será o papel que os equipamentos culturais da Zona Este-2 desempenharão no plano de desenvolvimento da RAEM?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Chan Hou Seng.

Entre 7 de Outubro e 5 de Dezembro decorre, durante 60 dias, uma consulta pública sobre o Projecto do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2, para recolher amplamente as opiniões da sociedade. A construção dos “equipamentos culturais ao nível da cidade” constitui um dos objectivos propostos pelo Plano de Pormenor, os quais incluem, também, a construção da habitação pública, apetrechada com equipamentos destinados a melhorar a qualidade de vida da população, como componente principal, o desenvolvimento de uma nova zona com boas condições de habitabilidade com uma zona comercial na entrada da cidade, um ponto de entrada costeiro da cidade com edificações emblemáticas, espaços verdes e espaços públicos abertos, de modo a consolidar o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Esta é a função cultural da Zona A, agora designada como UOPG Este-2. A área total reservada para equipamentos de utilização colectiva será cerca de 207 mil m², que representa 11,9% da área total dos terrenos da zona, os quais incluem, designadamente, equipamentos culturais, recreativos, desportivos, educativos, de cuidados de saúde, sociais e municipais. Os solos para zona verde ou de espaços públicos abertos irão ocupar uma área de 711 mil m², que representa 40,7% da área total da zona. De acordo com o actual Projecto do Plano Pormenor, na parte sul da UOPG Este-2, serão construídas instalações culturais urbanas simbólicas, um corredor verde central e um corredor verde marginal a circundar a costa, que ligam os diversos bairros, constituindo uma nova entrada icónica marítima e uma cintura de turismo na zona costeira. Por outro lado, com os serviços de venda a retalho, restauração, lazer e diversão, entre outros, pretendemos transformar a UOPG Este-2 numa nova zona urbana de desenvolvimento diversificado que possa apoiar o crescimento do turismo regional, consolidar o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, criar uma zona comercial na entrada da cidade de Macau e promover a economia do portal junto à ponte. Este é o posicionamento da UOPG Este-2, constante no seu Projecto do Plano Pormenor. De facto, na UOPG Este-2 foi reservada uma boa parte de terrenos, por exemplo, no lote D11, há uma área de 53.550 m² (com uma área

bruta de construção de cerca de 135.000 m²), destinada para construir os museus de Macau; no lote D12, há uma área de terreno planeada de 15.592 m² (com uma área bruta de construção de 39.000 m²), que terá o uso destinado a salas de exposição. Para ambos os lotes D11 e D12, o índice de utilização do solo máximo é de 2,5, o índice de ocupação do solo máximo permitido é de 60% e a altura máxima permitida dos edifícios é de 20,5 metros. Além disso, fizemos uma análise a nível técnico, com base na qual, os serviços na área de cultura apresentaram diversas exigências e propostas. Estas incluem, nomeadamente, bibliotecas comunitárias, um grande teatro, um museu de arte de Macau, um centro de arte moderna de Macau e um centro de Macau para a protecção e transmissão do património cultural da Cidade Proibida, etc., trata-se de um conjunto integrado de equipamentos culturais que pretendemos concretizar nesta zona. No extremo sul da zona, será instalada uma estação da Linha Leste do Metro Ligeiro, a primeira estação após a travessia marítima e com uma localização privilegiada, porque estará ligada a um terreno reservado para empreendimentos privados com 4 mil fracções habitacionais. Tudo isto é o nosso projecto de planeamento para a Zona A. No futuro, o Governo irá construir um número considerável de equipamentos culturais nessa zona, mas agora damos prioridade a conclusão das habitações económicas e das habitações sociais. Só após a conclusão dessas habitações públicas e o aumento gradual de habitantes nessa zona é que avançaremos com a construção de equipamentos culturais, como bibliotecas. Dados que os edifícios previstos não serão muito altos, por isso, o seu período de construção será relativamente curto. Iremos desenvolver a UOPG Este-2 passo a passo.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Exm.^o Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo e caros colegas,

O relatório do 20.^o Congresso do Partido Comunista da China refere a promoção da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e o apoio a Hong Kong e Macau para uma melhor integração no desenvolvimento nacional. Em Junho deste ano, o Conselho de Estado publicou o Plano geral para a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau em Nansha, Guangzhou, propondo acelerar e aprofundar a cooperação através da construção duma plataforma estratégica com base na Grande Baía, em coordenação com Hong Kong e Macau e orientada para o mundo. Não se pode ignorar que Nansha é uma nova plataforma de cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau na nova era, o parque de demonstração de inovação entre Guangdong, Hong Kong e Macau está a acelerar o ritmo de construção. Aliás, Hong Kong e Nansha já têm medidas concretas, incluindo a transferência e transformação dos resultados da inovação nas áreas da ciência marítima e da cidade

inteligente de Hong Kong. Macau deve proceder, quanto antes, a um estudo sobre o desenvolvimento da cooperação bilateral, tomando a iniciativa de promover esse desenvolvimento nas quatro principais indústrias: ciência e tecnologia, cultura e turismo, finanças, cuidados gerais de saúde e medicina tradicional chinesa, entre outras. O Governo já pensou sobre quais são as áreas industriais mais promissoras para Macau e Nansha, no âmbito da promoção da cooperação regional? Como é que Macau vai focar-se nas áreas em que possui vantagens, para alargar o espaço de cooperação e aprofundar a cooperação, de modo a obter mais resultados? Como vai atrair e incentivar os sectores e os cidadãos a aproveitarem as oportunidades, para participarem ainda mais na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau? Creio que os cidadãos também estão interessados em conhecer melhor a situação.

Obrigada.

Presidente: Exm.º Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.ª Deputada Leong On Kei.

No que diz respeito ao reforço de cooperação entre Macau e Nansha (Guangzhou), enquanto importantes plataformas de cooperação no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Hengqin, Qianhai e Nansha têm as suas próprias peculiaridades e vantagens e já se tornaram em motores essenciais para aprofundar a cooperação entre Guangdong-Macau, Guangdong-Hong Kong e Hong Kong-Macau. Porque é que foi feita esta distribuição de funções? O desenvolvimento de Hengqin está vocacionado para apoiar Macau e Qianhai para Hong Kong, enquanto que Nansha representa um projecto de cooperação entre Hong Kong e Macau. Ultimamente, o Governo da RAEM tem-se esforçado por intensificar a comunicação e o intercâmbio com o Governo do Município de Cantão, através de mecanismo de cooperação, promovendo conversações sobre a cooperação entre as duas partes, com o objectivo de transformar Nansha numa plataforma importante e num suporte estratégico para uma integração mais aprofundada de Hong Kong e Macau no desenvolvimento nacional, bem como intensificar a cooperação no domínio do empreendedorismo juvenil. Até ao final de Outubro de 2022, Macau celebrou 17 acordos de cooperação com 23 centros de incubação em nove cidades da Grande Baía, tendo já um total de 521 equipas de Macau sido estabelecidas nestes centros, das quais, cerca de 90 equipas encontram-se instaladas nos centros de incubação juvenil de Cantão. Relativamente ao desenvolvimento de Hengqin, é natural que o Governo da RAEM atribua uma importância particular, seguindo as indicações importantes emanadas pelo Presidente Xi sobre o desenvolvimento da Ilha de Hengqin, que consiste em criar condições favoráveis à diversificação adequada da economia de Macau. Por isso, é essencial promover plenamente uma boa cooperação entre Macau e Zhuhai no âmbito do desenvolvimento de Hengqin, de

modo a injectar dinâmica para o desenvolvimento de Macau, abrindo novos e amplos horizontes para a sustentabilidade de Macau. Essas importantes indicações constituem uma base fundamental e uma guia prática para o desenvolvimento de Hengqin, assim como uma estratégia fundamental para o Governo de Macau na promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, no reforço das parcerias entre os quatro sectores prioritários da economia de Macau e as indústrias correlacionadas na Zona de Cooperação Aprofundada, bem como na promoção de um maior envolvimento de Macau na construção da Grande Baía e de uma melhor integração no desenvolvimento nacional. Macau e Hengqin já criaram a Comissão de Gestão, co-chefiada por mim e pelo governador de província, Wang Weizhong. Decidimos adoptar um regime de co-chefia para a Comissão de Gestão, contamos com um plano geral bem estruturado e temos ainda a Comissão Executiva, presidida pelo Secretário Lei Wai Nong, na qual muitos colegas destacados de Macau exercem funções de subchefes. Por conseguinte, a Ilha de Hengqin oferece um ponto de entrada particularmente adequado para Macau neste contexto.

É verdade que Nansha representa uma grande tendência de desenvolvimento. Tal como referi há pouco tempo, estamos a estudar e a explorar a integração conjunta de Hong Kong e Macau no desenvolvimento nacional, mas por outro lado, a nossa prioridade nesses anos é promover, com empenho, o desenvolvimento de Hengqin seguindo as respectivas indicações do Presidente Xi. Assim sendo, a presença de Macau em Nansha será objecto de análise futura. Recentemente, constatámos que, quanto ao regime fiscal, é difícil encontrar outro local onde se implementam as políticas preferenciais de “duplo 15%”, que tanto beneficiam Macau. Em Nansha, adopta-se o regime fiscal do Interior da China. Além disso, uma boa parte de produtos e matérias-primas beneficiam de isenção alfandegária à entrada na Zona de Cooperação Aprofundada, onde se delimitam claramente a primeira e a segunda linha, mas em Nansha ainda não existem essas políticas preferenciais. Isto explica, portanto, a nossa estratégia de investir em contextos com diferentes vantagens e condições. Naturalmente, manteremos uma comunicação estreita com Nansha e contaremos também com o mecanismo de cooperação com a cidade de Cantão e continuaremos a abordar diferentes formas de cooperação.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo e caros colegas,

Boa tarde.

A Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin foi criada há um ano, e sob o novo regime de negociação, construção, gestão e utilização conjunta entre Guangdong e Macau, promoveu-se a liberalização da primeira linha e o controlo da segunda, o alto grau de facilidade na circulação de pessoas, a inovação financeira transfronteiriça, o acesso ao mercado e a promoção dos serviços jurídicos, entre outros trabalhos de articulação dos mecanismos e das regras no âmbito destas cinco áreas. A integração Hengqin-Macau foi acelerada, alcançaram-se resultados significativos nos trabalhos da Zona de Cooperação Aprofundada, e registou-se um desenvolvimento estável nas principais indústrias. Agora, é preciso aproveitar as oportunidades da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, injectar uma nova força motriz para o desenvolvimento económico a longo prazo de Macau, valorizar as vantagens próprias de Macau, elevar o nível da cooperação, criar uma nova plataforma para a promoção do desenvolvimento diversificado da economia da RAEM e um novo espaço para facilitar a vida e o emprego dos residentes. Sr. Chefe do Executivo: de que planos dispõe para o aperfeiçoamento dos mecanismos e regimes da Zona de Cooperação Aprofundada? Ontem, na apresentação das linhas de acção governativa e hoje, há pouco tempo, já foram apresentadas algumas informações desta matéria, pode ainda dar mais detalhes ou informações complementares?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Chan Chak Mo.

A Zona de Cooperação Aprofundada foi estabelecida em 27 de Setembro do ano passado e assinalou-se este ano o seu primeiro aniversário de estabelecimento. Os resultados que alcançámos no último ano merece a atenção de todos.

Registaram-se oito crescimentos significativos:

Em primeiro lugar, é notável o aumento das empresas e dos investimentos provenientes de Macau. Foram registadas 705 novas empresas com capital de Macau, aumentando o número total de empresas existentes com investimento de Macau para 5.092 e o capital social acumulado destas empresas ultrapassou 143 mil milhões de Renminbis.

Em segundo lugar, verificou-se um crescimento considerável no número de empresas com presença física. Foram eliminadas as práticas de registo virtual e de múltiplas licenças num mesmo endereço, exigindo-se que todas as novas entidades comerciais realizem um registo físico efectivo. Deste modo, a proporção de entidades comerciais com registo físico na Zona de Cooperação Aprofundada aumentou de 13,77% do início do seu estabelecimento

para o actual 30%.

Em terceiro lugar, registou-se um crescimento acentuado no peso dos sectores ligados à manufactura topo de gama e à investigação e desenvolvimento científico e tecnológico. O valor acrescentado da área de manufactura topo de gama cresceu 556,3% em termos homólogos, enquanto que as receitas operacionais das empresas do sector de investigação e desenvolvimento científico-tecnológico aumentaram 25,8% face ao período homólogo.

Em quarto lugar, verificou-se um aumento relevante na receita tributária total. Nos primeiros onze meses, a receita tributária interna acumulada atingiu 32,716 mil milhões de Renminbis, representando um aumento homólogo de 18,9%. Após ajustamento dos reembolsos de IVA, a taxa de crescimento real foi de 20,1%. Da receita tributária total, a receita ao nível central totalizou 18,022 mil milhões de Renminbis, com um crescimento homólogo de 25,4% e um crescimento comparável de 26,3%; a receita ao nível provincial atingiu 6,587 mil milhões, com um aumento homólogo de 14,5% e um aumento comparável de 16,8%. Segundo o critério orçamental fiscal, a receita tributária ao nível da zona atingiu 7,761 mil milhões, com um crescimento homólogo de 8%.

O número de residentes de Macau que vivem na Zona de Cooperação Aprofundada também aumentou significativamente, atingindo, actualmente, 3.632 pessoas, traduzindo num crescimento homólogo de 11,2%.

O número de veículos de Macau com matrícula única que circulam na Ilha de Hengqin aumentou de forma considerável. No total, registou-se cerca de 690 mil entradas e saídas de veículos pelo posto fronteiriço de Hengqin, o que representou um aumento homólogo de 23%.

Em sétimo lugar, verificou-se um aumento significativo no número de residentes de Macau que utilizaram os serviços de cuidados de saúde em Hengqin, cujo hospital prestou mais de 8 mil atendimentos médicos aos residentes de Macau, o que representou um aumento de 1,5 vezes em termos homólogos.

Em oitavo lugar, registou-se um aumento significativo no número de estudantes de origem de Macau que frequentam escolas na Zona de Cooperação Aprofundada, atingindo, actualmente, 194 pessoas, o que representa um crescimento homólogo de 66%, correspondendo aproximadamente a 3% do número total de estudantes.

Tudo isto é um resumo dos resultados obtidos em oito vertentes de trabalhos desenvolvidos no último ano. Naturalmente, no que diz respeito à criação do sistema institucional e os respectivos mecanismos da Zona de Cooperação Aprofundada, foi criado o Grupo de Liderança para a Promoção da Construção da Zona de Cooperação em Hengqin,

responsável por acompanhar a implementação dos trabalhos prioritários para o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Foram promovidas as conversações com os ministérios e comissões do Estado sobre as políticas e medidas relativas à Zona de Cooperação Aprofundada. Acelerámos a implementação das grandes políticas complementares respeitantes ao relaxamento das medidas especiais de acesso ao mercado, às listas das primeiras delegações e das indústrias prioritárias, às opiniões sobre as medidas financeiras de apoio à construção da Zona de Cooperação Aprofundada e à supervisão aduaneira baseada na “gestão hierarquizada”. Ao mesmo tempo, temos vindo a implementar gradualmente os mecanismos de construção e benefícios partilhados, tendo sido aprovados os “regulamentos sobre os trabalhos da Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” e os “regulamentos sobre os trabalhos da Comissão Executiva da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”. As duas partes designaram pessoal para a constituição dos órgãos de gestão da Zona de Cooperação Aprofundada, permitindo assim uma transição e articulação ordenada. No ano passado, a Comissão de Gestão reuniu-se por quatro vezes pela convocação das suas duas co-chefias e foram realizadas sete reuniões de trabalho, tendo sido definidos 45 regulamentos internos, nomeadamente, os “regulamentos sobre os trabalhos da Comissão de Gestão” e o “regimento da Comissão Executiva”, entre outros. As normas relativas à promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, que se encontram actualmente na fase de estudos e elaboração, irão integrar conteúdo do Plano de Desenvolvimento Geral de Hengqin, serão publicadas e implementadas após a devida aprovação. Tudo isto faz parte da criação do sistema institucional e dos respectivos mecanismos. À medida que avançamos, serão implementadas diversas medidas importantes, todas elas alinhadas com o referido plano, sendo cada uma delas acompanhada e concretizada de forma programada. Assim sendo, graças ao trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva e a um número considerável de colegas destacados por Macau, temos desempenhado um papel importante. A maioria dos cargos dos directores dos serviços são exercidos pelos colegas destacados por Macau, o que demonstra o esforço conjunto de ambas as partes. Durante o primeiro ano do estabelecimento da Zona de Cooperação Aprofundada, os trabalhos têm decorrido de forma organizada e, após um período de entendimento mútuo e adaptação entre as duas partes, começamos já a entrar numa fase de funcionamento regular e estruturado. Com as diversas regras e normas de regulamentos de articulação necessários, estamos confiantes de que poderemos cumprir as exigências do Governo Central relativas à Zona de Cooperação Aprofundada, alcançando, em 2024, os primeiros objectivos estabelecidos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pang Chuan.

Pang Chuan: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo:

No relatório do 20.º Congresso Nacional, o Presidente Xi Jinping afirmou a necessidade de aperfeiçoar o sistema de inovação científica e tecnológica e o novo sistema de mobilização de recursos nacionais, consolidar a implementação da estratégia de fortalecimento do país por meio dos quadros qualificados, demonstrar uma ávida procura por recursos humanos qualificados e adoptar abordagens flexíveis para atrair profissionais de excelência de todos os sectores para as causas do Partido e do povo. O sistema nacional de promoção de inovação em I&D já criou inúmeros milagres – as duas bombas e o primeiro satélite artificial, a exploração lunar e de Marte, entre muitos outros exemplos infindáveis, e é este sistema que precisamos para fazer face ao bloqueio tecnológico imposto pelos diversos países como os Estados Unidos da América e superar a ruptura tecnológica em sectores estratégicos como semicondutores e novos materiais. Neste novo sistema nacional, as instituições do ensino superior de Macau não devem ficar de fora. Devem assumir activamente o seu papel e contribuir para a atracção dos especialistas de alto nível no cenário internacional para o País. No entanto, para a vinda destes especialistas, são decisivos factores como políticas na área de I&D, financiamento, equipas de colaboradores, equipamentos, condições remuneratórias, entre outros. Nesses aspectos, Macau não detém, neste momento, vantagens evidentes em comparação com as suas regiões vizinhas. Neste sentido, gostaria de colocar a seguinte questão ao Sr. Chefe do Executivo, de que planos ou medidas concretas que o Governo da RAEM dispõe para apoiar as instituições do ensino superior locais na atracção de quadros para o Estado?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Pang Chuan.

Aqui são dois pontos essenciais, sendo o mais importante saber como as nossas universidades podem atrair mais quadros de alto nível da área de ciências tecnológicas – este é exactamente o desafio com que nos confrontamos actualmente. A Universidade de Macau foi classificada no intervalo 201-250 no *Times Higher Education World University Rankings* 2023 e, no *ranking* QS, subiu do 322.º lugar em 2022 para o 304.º lugar em 2023. A Universidade Politécnica de Macau (UPM), em parceria com a Universidade de Pequim, estabeleceu a Academia de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Pequim e da Universidade Politécnica de Macau. Em termos de desenvolvimento sustentável, a UPM posicionou-se, no *ranking* das universidades mundiais mais influentes do *Times Higher Education*, entre os 201 e 300 lugares, subiu 100 lugares comparativamente ao ano anterior. O Instituto de Formação Turística de Macau (IFTM) foi classificado, no *Ranking*

Mundial de Universidades QS o 23.º lugar a nível mundial com a Disciplina de Hospitalidade e Gestão de Lazer, tendo subido 7 lugares face ao ano anterior. Além disso, o IFTM dispõe do maior número de cursos de licenciatura acreditados por *TedQual* da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas na educação de qualidade. Essas são as situações em que se encontram as universidades de Macau. Graças aos esforços conjuntos dos docentes e discentes ao longo dos últimos anos, registaram-se mudanças positivas. Senhores deputados aqui presentes também já visitaram a Universidade de Macau e puderam constatar o progresso gradual e consistente que tem sido alcançado.

Quanto à questão que levantou sobre a atracção de quadros de alto nível, já iniciámos, a nível institucional, um processo de reforma para apoiar a Universidade de Macau. As novas mudanças permitem que a Universidade de Macau tenha um regime mais flexível na contratação de quadros de alto nível de todo o mundo e mantenha a sua competitividade. No início deste ano lectivo, segundo os dados que consultei, um grande número de professores de renome a nível internacional já se integrou o corpo docente da Universidade de Macau.

Por outro lado, a investigação e desenvolvimento em tecnologia de ponta, que há pouco referiu, depende fortemente de um grande volume de financiamento, e foi exactamente a matéria com que iniciámos o nosso debate com o Deputado Ip Sio Kai, que mencionou a questão dos fundos privados. A investigação e desenvolvimento em tecnologia de ponta necessita absolutamente os fundos privados, porque se depender exclusivamente dos recursos públicos, será impossível garantir o financiamento necessário. Apenas quando um produto resultante da investigação tiver valor de mercado é que os fundos privados estarão dispostos a investir — isso é inevitável. Se o produto não tiver valor de mercado e só depender do apoio do Governo, será muito difícil prosseguir, pois estamos a falar do erário público, que deve ser utilizado de forma racional. É verdade que um apoio do Governo é necessário, mas apenas a num nível adequado e não ilimitado, porque os resultados não surgem facilmente e os montantes envolvidos são extremamente avultados. Assim sendo, é fundamental recorrer a instituições experientes de fundos privados, capazes de fazer avaliação de valor de mercado, planear o financiamento futuro quando o produto for lançado no mercado, entre outros cenários. Iremos continuar a abordar esta matéria e espero que as universidades de Macau reforcem, igualmente, a selecção de projectos de investigação e desenvolvimento em tecnologias de ponta, assegurando que os mesmos estejam alinhados com as necessidades de desenvolvimento de Macau ou vão ao encontro da procura do mercado. Assim, creio que poderemos progredir de forma mais célere.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam U Tou.

Lam U Tou: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo,

Já se passaram três anos desde o início da COVID-19, a economia, o emprego e a vida da população têm sido gravemente afectados, e o Governo também tem reduzido as despesas devido à redução das receitas fiscais. O Governo reiterou ontem, na apresentação do Relatório das Linhas de Acção Goverantiva, que as despesas com a educação e a saúde não vão diminuir, mas na realidade, não é assim. Por exemplo, há três anos que o subsídio para as turmas reduzidas na educação gratuita a nível do ensino não superior não é aumentado, e o Governo vai aumentar gradualmente o número de alunos por turma de 25 para 35, um aumento de 40%, portanto, os recursos por aluno estão a diminuir dramaticamente. As despesas com a saúde previstas para o próximo ano serão de 12,3 mil milhões de patacas, com um decréscimo significativo de 12,05% em comparação com os 14 mil milhões deste ano; e nos últimos dez anos, a população idosa tem aumentado rapidamente, o que implica uma maior procura de cuidados médicos e significa que os recursos de saúde per capita vão diminuir significativamente no próximo ano. Os recursos financeiros são escassos, não há dúvida de que o Governo está a reduzir as despesas públicas, mas, investir na educação é investir no futuro de Macau e investir em cuidados médicos é assumir a responsabilidade básica para com toda a população, especialmente com os idosos. Sr. Chefe do Executivo, com vista a investir melhor nas novas gerações e planear melhor a aplicação de recursos na área de saúde para a sociedade envelhecida de Macau, o Senhor vai dispor de medidas concretas para assegurar que, no futuro, os recursos, per capita, na educação e saúde não sejam reduzidos, ou sejam mesmos aumentados, de forma razoável?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Lam U Tou.

Relativamente aos dois aspectos que referiu em relação ao ano de 2023, na verdade, o Governo não reduziu as despesas, por isso, os dados que apresentou contém alguma imprecisão. Por exemplo, no que diz respeito às despesas com a saúde, do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) consta a construção do Edifício de Especialidade de Saúde Pública do Centro Hospitalar Conde de São Januário, que será retirada posteriormente quando for concluída, daí resultou uma descida nas despesas. Gostaria, por isso, de sublinhar que, enquanto deputado, o mínimo que se exige é saber ler e compreender o nosso orçamento, devendo analisar minuciosamente cada detalhe do projecto da Lei do Orçamento que apresentamos. Quando eu próprio como deputado desta Assembleia, costumava dizer frequentemente aos colegas que saber ler o orçamento é uma competência fundamental para qualquer deputado. Quando não entender o

orçamento, quer que seja a classificação quer que sejam os detalhes, deve saber que na Assembleia Legislativa existem consultores económicos de excelência a quem pode recorrer, que certamente explicarão por que motivo algumas verbas diminuíram, se foi devido a poupanças ou se houve efectivamente corte orçamental. Os consultores económicos estão disponíveis para prestar a todos os deputados informações necessárias a este respeito.

Outrora, o deputado Mak Soi Kun vinha frequentemente ao meu gabinete e apontava os erros que julgava existir no orçamento. Na altura, explicava-lhe que o problema residia numa falta de conhecimentos suficientes sobre a Lei de enquadramento orçamental e a lei orçamental. Apesar de lhe parecer um conjunto de números e mesmo estando confuso, é impensável analisar todo o orçamento com atenção. Embora hoje eu desempenhe as funções do Chefe do Executivo, quando fui Presidente da Assembleia Legislativa, também sempre assim me pronunciei. Creio que os deputados mais experientes aqui presentes já me ouviram muitas vezes dizer o mesmo: exigia constantemente que todos lessem atentamente o orçamento do Governo. É por este motivo que, desde o ano passado, o Governo antecipou a apresentação do projecto da lei orçamental à Assembleia Legislativa, já este ano pela segunda vez consecutiva. Por regra, alguns dias depois da minha apresentação de hoje é que o Secretário Lei Wai Nong vai apresentar o projecto da lei orçamental, mas neste caso, não têm tempo para fazer análise e apreciação, porque logo depois, segue-se a apresentação das linhas de acção governativa. Se, em Dezembro, o orçamento ainda não fosse aprovado, não podíamos pagar os salários dos nossos trabalhadores e toda a administração pública deixaria de funcionar. Por isso, decidimos submeter o projecto da lei orçamental já nos dias 1 ou 2 de Novembro à Assembleia, para que tenham mais tempo para o examinar detalhadamente e fazer a devida apreciação, bem como apontem os pontos inadequados se os encontrarem ou levantem questões se não perceberem alguns aspectos e precisarem do nosso esclarecimento.

Por isso, agradeço muito ao Sr. Deputado Lam U Tou por hoje ter levantado a questão relativa à redução das despesas na área da saúde e gostaria de esclarecer que na realidade só aumentaremos e nunca as reduziremos. É necessário também esclarecer que, ao analisar o orçamento, não se pode comparar simplesmente de ano para ano as despesas de construção incluídas no PIDDA, sendo esta dividida, de facto, em duas categorias: uma refere-se a projectos de infra-estruturas do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, na tutela do Secretário Raimundo do Rosário; a outra corresponde ao orçamento próprio dos serviços de saúde. Os projectos concluídos neste ano não serão incluídos outra vez no PIDDA do próximo ano, pois se assim fosse, a Deputada Wong Kit Cheng perguntaria outra vez por que é que esse PIDDA não foi utilizado. Isto é uma questão de continuidade e enquanto deputados, devem percebê-la. E quanto à educação, posso assumir aqui um compromisso de que durante o meu mandato como Chefe do Executivo, jamais reduzirei o investimento nesta área.

Quanto à questão de subsídio para turmas reduzidas que mencionou, segundo os dados

que tenho, a cada turma que tem cerca de 28 a 29 alunos pagamos um valor correspondente ao da turma de 30 a 35 alunos, ou seja, o subsídio não é atribuído per capita, mas sim por cada turma. O subsídio para turmas reduzidas é diferente daquele do caso do Director Kou Kam Fai e outros semelhantes, em que os subsídios são atribuídos por cada aluno. Nas escolas particulares integradas no sistema escolar de escolaridade gratuita, fixamos um montante para cada turma de 30 a 35 alunos, mesmo que, actualmente, cada turma só tenha 28 ou 29 alunos, continuamos a pagar o mesmo valor e nunca reduzimos o montante. Assim sendo, o que acabou de mencionar é irracional e não tem lógica. Em defesa dos colegas da DSEDJ, tenho de esclarecer que os seus dados são completamente diferentes dos nossos. Se ainda considerar que há incorrecção nos dados, pode apresentar uma interpelação expondo os dados que tem e questionando-nos sobre o motivo de eventuais diferenças, a Secretária Ao Ieong U dará uma resposta. Sem problema algum. É precisamente estarmos aqui para debater, levantar questões e prestar esclarecimentos. As dúvidas que levantou, explico se eu conseguir e se eu próprio não conseguir explicar, vou pedir aos secretários ou directores prestarem esclarecimento na apresentação das linhas de acção governativa. Encaramos tudo isto como um processo de troca de opiniões e comunicação, não guardem dúvidas em silêncio e tragam-nas à luz. Sempre que possível, responderemos, quando necessário, indicarei onde a sua interpretação pode estar incorrecta ou onde está correta. É assim que devemos actuar.

Assim, podem ficar descansados, porque não haverá qualquer redução de despesas nem na área de educação nem na saúde. Espero que, através da transmissão em directo pela televisão hoje, os cidadãos não fiquem com a ideia de que estamos a cortar despesas na educação ou na saúde. Apesar dos défices acumulados ao longo de alguns anos, nunca reduzimos os investimentos nestas duas áreas, o que fizemos foi limitar as despesas gerais da Administração Pública, que se reduziram 5% desde aquele ano. Os vencimentos dos trabalhadores também já não foram aumentados, conforme o parecer da Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública. Tudo segue um sistema estabelecido. Na área de educação não haverá redução de despesas. Não dizemos uma coisa e fazemos outra. A utilização dos nossos orçamentos está claramente exposta para conhecimento de todos. Estamos a manter os nossos docentes, por isso, aceitamos que agora as turmas só têm 28 ou 29 alunos. Caso contrário, teríamos de fazer como acontece na região vizinha, onde se elimina turmas ou até escolas. Nós ainda mantemos as 77 escolas em Macau, sem nenhuma mudança. Posso dizer que todos os números estão bem presentes na minha mente: quantos alunos temos e qual o custo por cada aluno.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Kam Fai, por favor.

Kou Kam Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo e caros colegas,

Boa tarde a todos.

Segundo os dados disponíveis, no primeiro semestre deste ano, registaram-se 47 suicídios, mais do dobro dos 22 registados no período homólogo do ano passado, e regista-se uma tendência de subida dos suicídios entre os jovens. Ainda no primeiro semestre, tentaram suicidar-se 44 jovens entre os 15 e os 24 anos, e nos períodos homólogos de 2021 e 2020 foram 37 e 9, respectivamente, por tanto, esta questão não pode ser ignorada. De acordo com o relatório da OMS, devido ao impacto da epidemia, a taxa global de ansiedade e depressão aumento 25%. Desde o início da epidemia que os residentes vivem preocupados com as restrições impostas com as medidas de prevenção de epidemia e com a incerteza da economia, o que facilmente origina diferentes níveis de problemas psicológicos. Sr. Chefe do Executivo, para além dos trabalhos de promoção e apelos, que políticas e medidas é que o Governo tem para ajudar os residentes a reforçar a sua saúde psicológica? De que medidas dispõe para fazer face ao aumento das tentativas de suicídio entre os jovens?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Kou Kam Fai.

Neste ano registou-se um aumento significativo de casos de suicídio em Macau, tal como referido pelo Deputado Kou Kam Fai, sendo a situação mais grave em comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo os dados estatísticos, apenas no primeiro semestre foram registados 43 casos e nos primeiros três trimestres 65 casos, dos quais, 59 casos envolveram residentes de Macau, representando um aumento de 71% nos óbitos por suicídio em termos homólogos. Uma análise preliminar indica que as causas do suicídio resultam geralmente de múltiplos factores interligados. Nesses casos, registados, foram envolvidos um jovem com idade inferior a 18 anos e adultos, causando-nos profunda consternação. Face a esta situação, o Governo irá reforçar o apoio psicológico a nível comunitário, promovendo, através de uma rede de colaboração entre diferentes zonas de cidade, a resiliência psicológica dos residentes e a melhoria das relações familiares, atribuindo mais atenção e apoio a crianças, jovens e famílias em situação vulnerável, bem como aos grupos de alto risco. Para as pessoas que enfrentam problemas emocionais mais graves ou risco de suicídio, o Governo irá providenciar apoio adequado e serviços de acompanhamento. Por outro lado, através de um regime de resposta a crises familiares e comunitárias em rede, em parceria com as instituições não governamentais, iremos desenvolver acções conjuntas de intervenção e apoio comunitário perante situações de crise.

Continuaremos a financiar instituições da sociedade civil para a operação de linhas telefónicas de apoio 24 horas e a prestação de serviços *online* de aconselhamento e de consulta, bem como a realização de formação especializada, com o objectivo de reforçar a capacidade dos profissionais da linha de frente na prevenção, identificação, avaliação e gestão de casos de suicídio, fortalecendo, deste modo, a intervenção psicológica precoce na ocorrência de situações de crise na comunidade. Paralelamente, iremos intensificar a sensibilização pública para aumentar o conhecimento sobre saúde mental, promovendo, por ocasião do Dia Mundial de Prevenção do Suicídio e do Dia Mundial da Saúde Mental, actividades como palestras, *workshops* e exposições itinerantes, motivando a população a estar mais atenta ao bem-estar psicológico e emocional dos seus familiares e amigos. Quanto aos casos de suicídio dos jovens, o nosso trabalho tem vindo a ser reforçado principalmente através da colaboração com diversas associações mais ligadas à camada social mais baixa e escolas, ao mesmo tempo que apelamos a todos os cidadãos, e em especial aos jovens, para que valorizem a vida. Os hospitais empregam todos os meios e recursos ao seu alcance para salvar uma vida, mas mais nos importa saber cuidar e valorizar o que temos. É verdade que a pandemia tem sido uma fonte de perturbação para todos, realidade que não se limita a Macau, mas se verifica em todo o mundo. Esperamos que, com a gradual atenuação da pandemia, o regresso à normalidade do funcionamento social e a progressiva recuperação económica, seja possível aliviar a carga económica que as famílias suportam. Acreditamos que estas questões podem ser atenuadas e resolvidas passo a passo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Wu Chou Kit.

Wu Chou Kit: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo e caros colegas,

Boa tarde.

Nos últimos anos, várias cidades da Grande Baía lançaram regimes de acreditação profissional para Hong Kong e Macau. Seguindo o exemplo da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, a Zona-Piloto de Comércio Livre em Nansha também procedeu à avaliação dos profissionais de Hong Kong e Macau da área de construção civil. Mais, a Zona de Inovações em Huangpu de Cantão também efectuou o reconhecimento de qualificações para as empresas de consultadoria de Macau na área da construção civil, para promover a cooperação aprofundada entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Isto deixou os jovens de Macau cheios de confiança no futuro brilhante da Grande Baía. Sr. Chefe do Executivo, é de acreditar que o Governo esteja a reforçar o diálogo e a cooperação com as cidades da Grande Baía, lutando por mais políticas de benefício para o desenvolvimento da diversificação

industrial de Macau e a integração na Grande Baía, para os jovens e profissionais de Macau terem mais oportunidades de aprendizagem e participação. O Senhor pode fazer uma apresentação sobre as políticas do Governo da RAEM para a integração de Macau na Grande Baía?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Wu Chou Kit.

Penso que a questão que levantou se prende essencialmente com o reconhecimento de qualificações. Contudo, quanto à Grande Baía, já abordámos matérias nesta área extensivamente e prefiro não repetir mais. O Governo está perfeitamente consciente das políticas relevantes, que incluem a Ilha de Hengqin e Nansha, que já foram mencionadas. Relativamente ao reconhecimento dos profissionais que referiu, no meu entendimento, a acreditação, uma vez obtida em Nansha, Shenzhen ou locais semelhantes, poderá ser estendida a nível nacional, não estando limitada no local onde foi obtida. Ou seja, deverá ser aplicável em toda a China. Portanto, iremos intensificar os trabalhos nesta matéria na Zona de Cooperação Aprofundada. No entanto, importa referir que, como ainda não foram estabelecidas as instituições responsáveis pela acreditação profissional nem foram realizados os exames para este efeito, não dispomos, actualmente, nenhum regime ou mecanismo de acreditação profissional. Já incumbi o Secretário Lei de estudar este assunto e mais questão sobre os trabalhos a ser desenvolvidos neste âmbito pode ser discutido de forma mais aprofundada no debate sectorial. No que concerne às nossas políticas, como já reiterei repetidamente, Hengqin constitui o eixo prioritário nos nossos trabalhos de promoção de desenvolvimento.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lo Choi In.

Lo Choi In: Obrigada, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo e caros colegas,

Boa tarde.

O Governo apresentou várias sugestões e novos rumos para a promoção da diversificação económica, incluindo o Hospital das Ilhas – que visa proporcionar aos

residentes cuidados de saúde de melhor qualidade, formar profissionais de saúde locais e elevar o nível dos cuidados de saúde especializados – e ainda os modelos de cooperação transfronteiriça “cuidados de saúde + turismo”, “convenções e exposições + turismo” e “uma exposição, dois locais”, de modo a unir melhor os recursos e as vantagens das políticas das partes, trazendo grandes oportunidades e esperança para os diversos sectores, e ainda oportunidades para promover o desenvolvimento da diversificação da economia. Macau, sendo parte da Grande Baía, coopera, mas inevitavelmente, também compete com as outras cidades. Hong Kong recorreu às “combinações de golpes” para atrair investimentos, definindo estratégias específicas, desenvolvendo trabalhos de coordenação e criando fundos, com vista a atrair empresas importantes, e até criou o *slogan* atractivo – “roubar empresas e talentos”, o que vai sem dúvida pressionar Macau na atracção de empresas de qualidade e de quadros qualificados. Face à actual conjuntura económica desfavorável e aos factores incertos, o Governo vai reforçar a captação de investimentos e de talentos, por exemplo, aproveitar os terrenos desaproveitados ou implementar políticas de benefícios, para atrair o estabelecimento em Macau de indústrias de alta qualidade do Interior da China e do exterior? Vai acelerar a promoção da mercantilização de educação e apoiar a indústria do comércio electrónico transfronteiriço, para aumentar os postos de trabalho e promover a recuperar a economia local?

Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.^a Deputada Lo Choi In.

A sua questão relaciona-se com a possibilidade de utilizar os terrenos desaproveitados para servirem de políticas de incentivo. Devido às restrições impostas pela Lei de Terras, o Governo não pode adoptar medidas especiais que concedam benefícios em terrenos desaproveitados. Conforme mencionado há pouco tempo, tomando como exemplo a indústria de alta tecnologia, de acordo com o Plano Director actualmente em vigor, apenas alguns sítios, como aqueles em que se encontram o Parque Industrial da Concórdia e a zona industrial do Pac On, estão designados para uso industrial. Além disso, os edifícios industriais existentes podem continuar a ser utilizados para o desenvolvimento dos produtos industriais convencionais.

A atracção de investimentos é um trabalho que temos necessariamente de desenvolver, e tanto o IPIM como os diversos serviços competentes irão continuar a reforçar o trabalho nesta área. Tal como já mencionei, aprofundaremos os nossos trabalhos de forma abrangente, contudo, a questão que se coloca é: o que temos para atrair investimentos? Temos de organizar a nossa própria lista de vantagens – que argumentos podemos apresentar para

competir com os outros? Podemos inventar muitos *slogans*, mas seremos verdadeiramente capazes de os concretizar? Bastarão *slogans* para atrair investimentos? É necessário basearmo-nos em factos, em elementos que possamos efectivamente dar. Isto porque uma empresa nunca é uma unidade isolada, mas sim integra-se numa cadeia de produção, composta por demais empresas complementares associadas. O funcionamento de uma empresa de montagem automóvel envolve uma rede de colaboração com centenas de fornecedores de componentes relacionados. Por conseguinte, se apenas for estabelecida uma fábrica de montagem, sem o suporte de outros sectores complementares, tal cenário não seria sustentável. É precisamente neste ponto que reside a necessidade de diversificar gradualmente a nossa economia, começando passo a passo, porque a falta de um ambiente industrial maduro desincentiva a chegada de mais empresas. Pelo contrário, quanto mais desenvolvido for o ecossistema industrial, maior será o número de investidores, isto é uma tendência natural. Pode-se pensar que um monopólio pode funcionar sozinho e terá sucesso, mas na verdade, um negócio isolado dificilmente prospera. É como abrir um restaurante: se for o único numa rua, é melhor nem começares. Os clientes chegam, não há lugares suficientes ou a comida não é boa, então deixarão de frequentar esta rua. Porém, quando houver várias opções, os clientes podem escolher o seu restaurante ou o ao lado, a rua tornar-se-á cada vez mais movimentada e próspera. Portanto, em relação a esta questão, temos de promover com determinação o desenvolvimento diversificado da economia local, pelo que nos encontramos actualmente a proceder aos devidos preparativos, com vista a encontrarmos o nosso próprio caminho nas “quatro novas indústrias”. Tomemos como exemplo o sector da medicina tradicional chinesa em Macau: será possível tornamo-la numa indústria com alguma dimensão? Os hospitais, instalações de convalescença e instituições de cuidados de saúde devem constituir os pontos prioritários no desenvolvimento da referida indústria. Se não nos empenharmos em desenvolver uma indústria, como devemos proceder subsequentemente? E como se desenvolve a indústria a jusante? Quem nunca trabalhou no sector industrial pode não ter noção de que a indústria a jusante é mais vasta do que o sector principal em si. Antigamente, em Macau, uma fábrica têxtil não se limitava a costurar peças de vestuário, fornecia linhas, agulhas, fazia manutenção das máquinas de costura ou até estendia-se à produção de caixas de cartão e a fabricação de sacos plásticos, constituindo, dessa forma, uma cadeia industrial completa. Não basta dominar a técnica de costura e abrir uma fábrica para conseguir exportar peças de vestuário, é necessário uma série de unidades complementares, mesmo sendo apenas etiquetas para vestuários, é necessário de ser produzidas na fábrica. Por conseguinte, é essencial definirmos claramente o nosso rumo de desenvolvimento e o posicionamento estratégico e perceberemos quais são as nossas atracções para os outros e quais são as bases necessárias, só assim poderemos desenvolver verdadeiramente um sector industrial em Macau. Existe em Macau um número elevado de bancos e neste momento está a ser discutida a criação de um regime jurídico do sistema financeiro, com o qual, pretendemos que em Macau não só existem bancos focados em prestação de serviços presenciais, mas também instituições financeiras especializadas, é assim que se tornará mais diversificado o desenvolvimento do sector financeiro. Em

contrapartida, se todos os bancos em Macau se limitarem apenas a serviços convencionais, isso não será benéfico para o desenvolvimento do sector. Já há 33 instituições bancárias em Macau, mas são poucas que exploram essas actividades. Por isso, temos de enfrentar esta realidade e determinar claramente o nosso posicionamento estratégico, sem o qual, será difícil atrair investimentos de forma eficaz. No contexto da Zona de Cooperação Aprofundada, tomamos como base as quatro indústrias principais de Macau, empenhando todos os esforços para a captação de investimentos a estas áreas estratégicas. Quanto mais se centralizam os recursos e esforços numa determinada área, melhores serão os resultados. Temos como exemplo o sector do jogo em Macau, à volta deste sector desenvolvem-se diversas indústrias secundárias, como a restauração e outros serviços complementares, formando-se assim uma cadeia industrial completa. Desenvolver o sector do jogo não significa apenas abrir os casinos, trata-se de criar uma série de serviços integrados, como restauração, alojamento e entretenimento para os turistas, é por isso que os hotéis hoje em dia oferecem tantos serviços complementares, porque tudo isso faz parte de todo o ecossistema industrial. Assim, qualquer empresa ou indústria necessita de um ecossistema industrial sólido e os trabalhos que estamos a promover são precisamente para consolidar a base industrial, o que nos exige um processo bem estruturado e sequencial, que não é possível concluir num único passo, para não correremos o risco de falhar nesses trabalhos.

Obrigado pelas suas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Iek Lap.

Chan Iek Lap: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo e caros colegas,

O Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde entrou em vigor no passado dia 1 de Outubro, e segundo o n.º 7 do artigo 28.º, a “renovação da licença pode estar condicionada ao cumprimento das normas sobre a participação em actividades de desenvolvimento profissional contínuo. Ou seja, os 15 tipos de profissionais de saúde têm de obter créditos suficientes num prazo determinado, caso contrário, a licença profissional é cancelada. A aprendizagem e a actualização de conhecimentos dos profissionais de saúde são um objectivo do sector. Na última reunião plenária do Conselho para os Assuntos Médicos, foram ouvidas as propostas dos seus membros sobre a construção da plataforma para o Desenvolvimento Profissional Contínuo, e a questão é que a deliberação sobre os requerimentos para o reconhecimento deste desenvolvimento e o respectivo regulamento poderá contrariar a interpretação dada aos deputados do n.º 126, página 41 do parecer sobre a Lei n.º 18/2020, ” O proponente concorda com a ideia de que a gestão (...) não deve ser apertada (...), o objectivo é incentivar os profissionais de saúde a participarem adequadamente em actividades de formação, a fim de

evitar o desligamento entre os profissionais de saúde e o desenvolvimento profissional. Contudo, agora dá muito trabalho a qualquer associação médica organizar uma palestra para os seus membros obterem um ou dois créditos, porque a deliberação estabelece sete requisitos: apresentar, com 45 dias de antecedência, o requerimento, a planta do local do evento, o documento comprovativo de qualificação do formador, o plano de actividades, o certificado de inscrição da associação, o certificado da composição dos órgãos sociais, e os estatutos, e isto é muito complexo. Sr. Chefe do Executivo, será possível melhorar os procedimentos administrativos para os mais de 7 mil profissionais do sector da saúde de Macau, e reduzir as preocupações do pessoal administrativo e do sector em geral?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Chan Iek Lap.

Segundo os dados disponíveis, até Setembro de 2022, foram recebidos 113 requerimentos de acções de formação, apresentados por 17 entidades formadoras, dos quais, 84 já foram totalmente ou parcialmente aprovados. Quanto aos prazos para a submissão dos referidos requerimentos, e a fim de assegurar que as acções formativas que reúnam os requisitos necessários possam ser reconhecidas antes da sua realização, o Conselho dos Profissionais de Saúde definiu os prazos para a apresentação dos requerimentos, no entanto, permite, também, às entidades apresentá-los no prazo de cinco dias após a conclusão da acção formativa, quando justificado o carácter premente da sua realização. Assim, de acordo com a informação que me foi facultada, o Conselho dos Profissionais de Saúde prossegue, na sua actuação, o princípio fundamental de gestão flexível que há pouco referiu. Por outro lado, os sete requisitos que mencionou enquadram-se no âmbito da documentação exigida pelo procedimento administrativo, devendo ser entendidos de forma diferente do princípio de gestão flexível. Se se tratar de um primeiro requerimento, o processo poderá parecer mais complexo, pois é necessário preparar todos os documentos necessários em conformidade com os sete requisitos. No entanto, caso uma mesma entidade promova repetidamente formações do mesmo tipo, é de esperar que a preparação dos documentos necessários se torne progressivamente mais simples. Dado que a informatização dos procedimentos foi mencionada por várias vezes hoje, gostaria de esclarecer que, no futuro, após o Conselho dos Profissionais de Saúde receber o primeiro requerimento da organização de acção formativa de uma entidade, juntamente com o certificado de inscrição da associação, o certificado da composição dos órgãos sociais e os estatutos da associação – estes três elementos possam ser fixados, ou seja, dispensados de ser apresentados no futuro requerimento, desde que não haja alterações na composição dos órgãos sociais. Quanto a documentos comprovativos de qualificação dos formadores, considero que a sua apresentação deve manter-se obrigatória,

uma vez que esses estão directamente relacionados com o número de créditos a atribuir nos cursos a requerer. No que diz respeito ao plano de actividades e à planta do local do evento, se o local onde serão realizadas as acções de formação for sempre o mesmo, a preparação desses documentos será também mais simples. Assim, quanto à sua questão sobre a possibilidade de simplificar mais o actual procedimento de apreciação, importa salientar que o Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde é implementado há apenas um ano, sugiro, por isso, que as disposições legais fiquem por manter por um pouco mais de tempo. Em paralelo, envidaremos esforços na actualização dos serviços electrónicos para que seja dispensada a apresentação repetida de alguns documentos. Temos o exemplo da Conta Única, que já possibilita a transferência de uma variedade de dados, desde que o utilizador dê o seu consentimento e autorização, o sistema permite-nos aceder aos dados de que necessitamos. De modo semelhante, no domínio de cuidados de saúde, os registos clínicos de quem consentiu e autorizou a partilha de dados podem ser acedidos por diversas instituições médicas devidamente habilitadas. É evidente a primeira vez poderá envolver procedimentos mais complexos, mas, posteriormente, o processo tornar-se-á uma prática normalizada e ficará mais simples. Temos sempre a expectativa de continuar a simplificar os procedimentos administrativos, mas há certas partes que devam ser mantidas. Tomemos como exemplo a apresentação dos documentos comprovativos de qualificação dos formadores, considero que estes constituem documentação indispensável de submeter, exceptuando-se que o formador tem sido sempre o mesmo, mas em caso de substituição, é imperativo fornecer o comprovativo do novo formador, isto porque está em causa o rigor exigido na atribuição de créditos anual aos 15 tipos de profissionais do sector da saúde. Assim, nos procedimentos de apreciação sobre os requerimentos para o reconhecimento dos cursos temos adoptado o princípio de privilegiar a flexibilidade em detrimento do rigor excessivo, isto reflecte nas medidas como a possibilidade de entregar documentos em falta para o requerimento no prazo de cinco dias. De 1 de Outubro do ano passado a Setembro do corrente ano, foram aprovados 84 requerimentos. No futuro, iremos reforçar a simplificação dos respectivos procedimentos, de modo a melhor satisfazer as necessidades reais das entidades formadoras da área de saúde. Até Setembro de 2022, existem apenas 13 entidades formadoras reconhecidas, que organizaram 503 acções formativas, locais e não locais. Estas 13 entidades formadoras dispõem de alguns trabalhadores e no funcionamento operacional, já devem estar dotados de uma capacidade adaptativa e de execução.

Obrigado pelas suas questões. Penso que este assunto será estudado mais tarde pela Secretária Ao Ieong U.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Chefe do Executivo,

O Governo não tem parado de promover o governo electrónico, e em Abril deste ano, lançou formalmente a Conta Única 2.0. Segundo dados mais actualizados, são já 150 os serviços públicos electrónicos facilitadores da vida da população, abrangendo diferentes áreas: cuidados de saúde, educação, serviços culturais e recreativos, segurança social, transportes, habitação, empreendedorismo, *marketing*, etc. Mais de 400 mil pessoas aderiram a esta conta, demonstrando que o trabalho alcançou alguns resultados. Porém, o governo electrónico ainda não abrange a informatização dos procedimentos administrativos. Com a entrada em vigor da Lei N.º 5/2022 no dia 1 de Setembro deste ano, a plataforma electrónica dos tribunais entrou em funcionamento nesse mesmo dia, disponibilizando serviços de envio de peças processuais e de pagamento de custas, dando-se assim o primeiro passo para a informatização dos processos judiciais. Quanto aos procedimentos administrativos, francamente, o serviço de notificações electrónicas já está detalhadamente regulamentado na Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica) e no Regulamento Administrativo n.º 14/2020 (Regulamentação da governação electrónica), que são um suporte legal indispensável para a notificação electrónica dos procedimentos administrativos. Sr. Chefe do Executivo, já foram agendados os trabalhos de informatização dos procedimentos administrativos? Para efeitos de articulação, não será necessário proceder à revisão do Código do Procedimento Administrativo, implementado há já mais de 28 anos?

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, por favor.

Chefe do Executivo, Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Vong Hin Fai.

A Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica) já entrou em vigor há algum tempo. Com base nas experiências sintetizadas e opiniões recolhidas durante a implementação da lei, o Governo da RAEM pretende iniciar os trabalhos de revisão dos diplomas legais em matéria de governação electrónica em 2023, a fim de eliminar, numa vez só, procedimentos actualmente previstos em diferentes leis avulsas que possam impedir a promoção dos serviços electrónicos, nomeadamente, aqueles que exigem formulários ou duplicado de determinado modelo ou com requisitos específicos e que exigem actos específicos, por exemplo, apresentação presencial ou afixação. Esses procedimentos são previstos de forma mais detalhada no Código de Procedimento Administrativo e estão incluídos nos estudos para revisão legislativa em 2023, com vista a simplificar os procedimentos administrativos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Em relação ao actual Governo, temos vindo a promover continuamente o desenvolvimento da governação electrónica. O Governo pretende, na Regulamentação da governação electrónica, e com base nas disposições relevantes do Código do Procedimento

Administrativo, estabelecer normas para os serviços electrónicos que abranjam procedimentos relacionados com identificação, notificação, produção, emissão e conservação de documentos ou processos. Essas normas não conheceram alterações há muitos anos e são precisamente os conteúdos que estamos a modificar, dado que estamos agora perante a promoção dos serviços electrónicos. Por outro lado, segundo os dados mais actualizados a que tenho acesso, as funcionalidades da Conta Única de Macau já atingiram 160 (foram adicionados 10 aos 150) e tem mais de 420 mil utilizadores, tendo obtido resultados muito positivos. Talvez muitos de nós já possam tratar de quase tudo no nosso telemóvel. Creio que elevámos a um novo patamar a utilização dos meios digitais por parte da população. Aspiramos a aperfeiçoá-la ainda mais, e a próxima fase concentrar-se-á no que designámos como procedimentos administrativos. Tanto eu como o Secretário Cheong Weng Chong estamos a empenhar-nos continuamente neste domínio, uma vez esta matéria terá implicações em muitos dos nossos procedimentos de aprovação, designadamente, no que respeita à sua duração excessivamente longa. De que modo poderemos contornar esta situação através da revisão dos procedimentos administrativos? Portanto, depois de resolvermos as questões relacionadas com os serviços electrónicos de que a população necessita, seguiremos para os procedimentos administrativos de que a população precisa de recorrer. Vamos aperfeiçoá-los e reforçá-los, pois trata-se igualmente de um volume de trabalho considerável. É verdade que os colegas também se empenharam muito nos trabalhos concernentes à Conta Única de Macau, alcançando resultados bastante satisfatórios, num curto espaço de pouco mais de um ano. Esperamos que a governação electrónica do Governo siga também este rumo, baseado no princípio de facilitar a vida da população e às empresas e que possa vir a resolver os problemas apontados ao longo dos anos pela população, nomeadamente, as complicações e a lentidão de muitos procedimentos na administração pública. Por isso, iniciaremos por analisar as soluções possíveis para os problemas herdados ao longo dos anos nos procedimentos utilizados pelos cidadãos e pretendemos fazê-lo passo a passo, porque é um trabalho que leva tempo. Espero que não se exijam já amanhã, através de interpelação, saber quando estará concluído, pois não será possível avançar tudo com tal celeridade. Temos de ponderar com muita clareza, uma vez que estão em causa uma grande quantidade de diplomas legais. Durante o meu mandato na Assembleia Legislativa, foram revogados mais de 1 mil leis obsoletas, mas agora já voltamos a ter quase mil diplomas legais nesta situação. Esta teia intrincada de tantos diplomas legais implica uma extrema cautela e uma actuação prudente do Governo. A alteração a introduzir nos procedimentos administrativos com a implementação do governo electrónico deve diferenciar-se da Conta Única de Macau. A Conta Única caracteriza-se por uma estrutura relativamente simples com os elementos integrantes autónomos e a ligação entre eles processam-se maioritariamente ao nível dos sistemas de bastidores, o que facilita a sua gestão. Em contrapartida, os procedimentos administrativos podem envolver três ou mesmo cinco secretarias, ou talvez abranja uma dezena de serviços e envolva de mais uma centena de diplomas legais. Esta realidade exige-nos agir com muita prudência e assegurar a realização das análises necessárias antes de avançarmos com os devidos trabalhos. Solicitamos, por isso, a

compreensão dos Srs. Deputados, apelando a que não nos exijam, já amanhã, um prazo concreto para a conclusão dos respectivos trabalhos. Estamos empenhados em avançar passo a passo os trabalhos com a máxima cautela, para assegurar que todo o processo decorra sem falhas.

Obrigado a todos.

Presidente: O Sr. Chefe do Executivo já respondeu às questões colocadas pelos 31 deputados. Agradeço a presença do Sr. Chefe do Executivo, dos membros do Conselho Executivo e dos membros do Governo na reunião plenária de hoje. A partir do dia 21, terão início os debates setoriais de cada secretaria. Solicito que procedam aos preparativos necessários.

Declaro encerrada a sessão. Obrigado a todos.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Divisão de Redacção e Publicações